

RELATÓRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO

ESTRUTURAÇÃO DO PROJETO DE
CONCESSÃO DE ILUMINAÇÃO
PÚBLICA E SOLUÇÕES DIGITAIS DE
TRAMANDAÍ - RS

CONTRATO n° 2025053

AGOSTO/2026



As informações contidas no presente relatório, destacadamente as de conteúdo propositivo, possuem caráter não vinculativo e comportam interpretação meramente informativa e referencial ao gestor público, fundada na análise, por consultores técnicos especializados, da realidade local e de documentação pertinente à matéria, em especial da legislação e normativos vigentes.

BELO HORIZONTE/MG

Rua Maranhão, 166 - 10º andar
Santa Efigênia, 30150-330
+55 31 3508 7375

NOVA LIMA/MG

Rua: Al. Oscar Niemeyer, nº 288
Vale do Sereno, 34006-049
+55 31 3542-5638

OUTROS ESCRITÓRIOS

Cuiabá/MT
Fortaleza/CE
Governador Valadares/MG

Rio de Janeiro/RJ
Salvador/BA
São Paulo/SP

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 PREMISSAS	11
2.1 Metodologia	11
2.2 Definições Preliminares	13
2.3 Ativo Financeiro	14
2.4 Premissas Tributárias e Fiscais.....	15
2.4.1 Impostos Indiretos.....	16
2.4.2 Créditos PIS/COFINS	16
2.4.3 Impostos Diretos	18
2.5 Capital de Giro.....	18
2.6 Custo de Capital (WACC)	19
2.6.1 Custo de Capital próprio	20
2.6.2 Capital de Terceiros (Kd)	24
2.6.3 Custo Médio Ponderado de Capital (WACC).....	25
2.7 Financiamento.....	25
2.7.1 Premissas de Financiamento.....	25
2.7.2 Índice de Cobertura dos Serviços da Dívida (ICSD)	26
3 SOB A ÓTICA DA CONCESSIONÁRIA.....	28
3.1 Modelo de Remuneração.....	28
3.1.1 Contraprestação	28
3.1.2 Cota Expansão	35
3.1.3 Receita Venda de Sucata	39
3.1.4 Bônus Sobre a Conta Energia	40
3.2 Investimentos	41
3.2.1 Iluminação Pública.....	41
3.2.2 Soluções Digitais	44
3.2.3 Investimento Total.....	46
3.3 Custos Operacionais e Despesas.....	46
3.3.1 Iluminação Pública.....	47

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato Nº 2025053

3.3.2	Soluções Digitais	49
3.3.3	Custos Totais	50
3.4	Principais Resultados.....	51
4	SOB A ÓTICA DO PODER CONCEDENTE.....	53
4.1	Arrecadação da CIP	53
4.1.1	Contratos Atuais de Soluções Digitais	54
4.2	Despesas	55
4.3	Fluxo de Caixa da Prefeitura.....	57
4.4	Estrutura de Garantia da Conta Reserva	60
4.5	Receita Corrente Liquida.....	62
5	SOB A ÓTICA DO ACIONISTA.....	65
6	CONCLUSÃO	67
	ANEXO I – Fluxo do Projeto	71
	ANEXO II – Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)	74
	ANEXO III – Balanço Patrimonial	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Premissas do Projeto - Prazos	8
Tabela 2 – Tributos indiretos sobre Receita	16
Tabela 3 – Tributos diretos sobre Receita.....	18
Tabela 4 – Capital de Giro.....	18
Tabela 5 – Beta por Setor	21
Tabela 6 – Resumo CAPM Modificado	23
Tabela 7 – Premissas para cálculo do Kd	24
Tabela 8 – Premissas cálculo WACC.....	25
Tabela 9 – Premissas de Financiamentos	26
Tabela 10 – Projeção dos Componentes do ICSD	26
Tabela 11 – Evolução do pagamento da Contraprestação (CP) mensal de IP à concessionária	30
Tabela 12 – Evolução do número de pontos de IP por tipo.....	30
Tabela 13 – Contraprestação Anual IP (em R\$ mil, em termos reais)	32
Tabela 14 – Evolução do pagamento da Contraprestação (CP) mensal de SD à concessionária	34
Tabela 15 – Contraprestação Anual SD (em R\$ mil, em termos reais).....	34
Tabela 16 – Valor de Cota Expansão para cada instalação de ponto de IP adicional (em R\$)	36
Tabela 17 – Soma do Cota Expansão por tipo de expansão ao longo da PPP (em R\$ mil, em termos reais)	37
Tabela 18 – Valor de Cota Expansão para cada instalação de ponto de SD adicional (em R\$)	39
Tabela 19 – Projeção da receita com venda de sucata (em R\$ mil, em termos reais)	40
Tabela 20 – Projeção do CAPEX total de IP (em R\$ mil, em termos reais)	41
Tabela 21 – Projeção do CAPEX anual de IP (em R\$ mil, em termos reais)	42
Tabela 22 – Projeção do CAPEX total de SD (em R\$ mil, em termos reais).....	44
Tabela 23 – Projeção do CAPEX anual de SD (em R\$ mil, em termos reais).....	44
Tabela 24 – Projeção do OPEX total de IP (em R\$ mil, em termos reais)	47

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato N° 2025053

Tabela 25 – Projeção do OPEX anual de IP (em R\$ mil, em termos reais)	47
Tabela 26 – Projeção do OPEX total de SD (em R\$ mil, em termos reais).....	49
Tabela 27 – Projeção do OPEX anual de SD (em R\$ mil, em termos reais).....	49
Tabela 28 – Principais Resultados (em R\$ mil, em termos reais)	51
Tabela 29 – Histórico de Arrecadação anual CIP (em R\$ mil, em termos reais)..	53
Tabela 30 – Arrecadação Projetada anual CIP (em R\$ mil, em termos reais) ...	53
Tabela 31 – Contratos Atuais de Soluções Digitais.....	54
Tabela 32 – Despesas da Prefeitura (em R\$ mil, em termos reais)	56
Tabela 33 – Fluxo de Caixa Total da Prefeitura (em R\$ mil, em termos reais)	57
Tabela 34 – Estrutura de garantia da Conta Reserva (em R\$ mil, em termos reais)	61
Tabela 35 – Limite RCL (em R\$ mil, em termos reais).....	62
Tabela 36 – Fluxo de Caixa do Acionista (em R\$ mil, em termos reais)	65
Tabela 37 – Sob a ótica da Concessionária Resultados IP.....	67
Tabela 38 – Sob a ótica da Concessionária Resultados SD	68
Tabela 39 – Resultados Sob a ótica da Prefeitura	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Investimento Total de IP e SD (em R\$ mil, em termos reais) 46

Gráfico 2 – Custos e Despesas Anuais de IP e SD (em R\$ mil, em termos reais) 51

BELO HORIZONTE/MG

Rua Maranhão, 166 - 10º andar
Santa Efigênia, 30150-330
+55 31 3508 7375

NOVA LIMA/MG

Rua: Al. Oscar Niemeyer, nº 288
Vale do Sereno, 34006-049
+55 31 3542-5638

OUTROS ESCRITÓRIOS

Cuiabá/MT
Fortaleza/CE
Governador Valadares/MG

Rio de Janeiro/RJ
Salvador/BA
São Paulo/SP

1 INTRODUÇÃO

A viabilidade do Projeto abrange a análise sob a ótica tanto da Concessionária quanto da Prefeitura. Dessa forma, primeiro é calculado quanto a Concessionária teria que receber para atender ao escopo previsto no Contrato e receber o retorno mínimo esperado. Em seguida, é realizada análise sob a ótica da Prefeitura, em que se avalia se o fluxo da Contribuição de Iluminação Pública (CIP) é suficiente para arcar com as despesas com Iluminação Pública e parte das Soluções Digitais, o que inclui os valores a serem pagos à Concessionária.

Este relatório tem como objetivo apresentar as principais premissas consideradas para a elaboração do estudo econômico-financeiro do Projeto para a PPP de Iluminação Pública e Soluções Digitais de Tramandaí/RS, conforme descritas abaixo:

- **Premissas Gerais:** Foram definidas algumas premissas gerais independentemente do cenário de investimentos definido pela Prefeitura:
 - **Temporalidade do Contrato da PPP:** O prazo da Concessão e prazos para assunção/implementação dos serviços pela Concessionária estão apresentados abaixo conforme Relatório de Estudos de Engenharia:

Tabela 1 – Premissas do Projeto - Prazos

Fases	Prazos
Prazo da Concessão	25 anos
Fase 0 – Preliminar	4 meses
Fase 1 – Transição	2 meses
Fase 2 – Modernização	12 meses
Fase 3 – Operação	Até o encerramento do prazo da PPP

Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

Ao longo do contrato, o projeto é dividido em 4 fases, numeradas de 0 a 3, cada uma correspondendo a processos específicos. O término de cada Fase representa um marco, diretamente ligado à evolução do projeto e à remuneração da concessionária.

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato Nº 2025053

A Fase 0 possui duração contratual de 2 (dois) meses, podendo ser prorrogada por até 4 (quatro) meses. Para fins das estimativas e projeções adotadas no modelo econômico-financeiro, foi considerada a duração máxima de 4 (quatro) meses. Essa fase contempla a contratação da Instituição Financeira Depositária pelo Poder Concedente, a contratação do Verificador Independente e Seguros pela concessionária, contratação da equipe e mobilização da concessionária, realização do Plano de Operação e Manutenção, e o cadastro georreferenciado, pela concessionária.

Após essa fase preliminar, inicia-se a Fase 1, marcada pelo período de transição, na qual ocorre o início da operação e o plano de modernização.

Em seguida, na Fase 2, iniciam-se a modernização e efficientização do Parque de IP, a implantação do sistema de telegestão, implantação de projetos de Iluminação especial, a modernização e implantação das Soluções Digitais.

A Fase 3 é marcada pela Operação e Manutenção da rede de IP e das Soluções Digitais pelo prazo restante do contrato.

O prazo de 25 anos foi definido com base na análise econômico-financeira do Projeto, considerando quatro vetores principais:

- (i) O payback do investimento, que neste presente estudo ocorre no 10º ano de operação, confirmando que a concessão oferece margem suficiente para a plena recuperação do capital investido;
- (ii) O prazo de amortização da dívida, encerrado no 10º ano, de modo que os fluxos de caixa subsequentes garantem estabilidade financeira à Concessionária após a quitação das obrigações com credores;
- (iii) Os ciclos de reinvestimento e a vida útil dos equipamentos, dimensionados no Estudo de Engenharia, de forma que o prazo contratual contempla os horizontes de substituição e renovação dos ativos ao longo da concessão, assegurando a qualidade do serviço até o encerramento do contrato; e

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato N° 2025053

- (iv) O equilíbrio econômico do Projeto, evidenciado pelo VPL igual a zero quando descontado à taxa WACC, que reflete a calibração da contraprestação em nível adequado, sendo que a diluição dos investimentos ao longo de 25 anos permite uma contraprestação mensal mais equilibrada para o Poder Concedente do que seria possível em um prazo mais curto.

BELO HORIZONTE/MG

Rua Maranhão, 166 - 10º andar
Santa Efigênia, 30150-330
+55 31 3508 7375

NOVA LIMA/MG

Rua: Al. Oscar Niemeyer, nº 288
Vale do Sereno, 34006-049
+55 31 3542-5638

OUTROS ESCRITÓRIOS

Cuiabá/MT
Fortaleza/CE
Governador Valadares/MG

Rio de Janeiro/RJ
Salvador/BA
São Paulo/SP

2 PREMISSAS

O presente capítulo descreve as premissas adotadas na modelagem econômico-financeira do Projeto. São apresentadas a metodologia de avaliação por Fluxo de Caixa Descontado (FCD), as definições contábeis aplicáveis ao tratamento do ativo financeiro, as premissas tributárias e fiscais, o capital de giro, a estrutura do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) e as condições de financiamento consideradas.

1.1 Metodologia

A avaliação da viabilidade de um projeto pode ser orientada por vários critérios. Usualmente, analisa-se qual é a taxa de retorno do projeto e em quanto tempo recupera-se o investimento realizado. Neste sentido, o Fluxo de Caixa Descontado (FCD) consiste em uma metodologia amplamente difundida, que parte do princípio de que o valor de um projeto é função da magnitude e timing dos fluxos de caixa futuros esperados, trazidos a valor presente por meio de uma taxa de desconto específica, que reflete o custo de oportunidade de capital investido e o nível de incerteza destes fluxos, conforme metodologia descrita a seguir:

- Identificação de parâmetros econômicos que influenciam a operação da empresa; e
- Projeção dos resultados esperados.

Fórmula de cálculo do VPL:

$$VPL = \sum_{n=1}^{n=N} \frac{FC_t}{(1+i)^n}$$

Onde:

VPL = valor presente líquido

FC = fluxo de caixa

t = momento em que o fluxo de caixa ocorreu

i = taxa de desconto

n = período

Outro conceito relacionado ao VPL é a Taxa Interna de Retorno (TIR). A TIR indica a taxa de retorno de determinado projeto que iguala o VPL a zero, indicando que os recursos gerados pelo projeto são suficientes para pagar todas as despesas e custo de capital. Tipicamente, a TIR deve ser maior ou igual ao custo de oportunidade de capital, que é o critério mínimo para que o projeto seja considerado viável do ponto de vista dos potenciais investidores.

No que diz respeito à Taxa Interna de Retorno Modificada (TIRM), ela é especialmente útil em projetos com fluxos de caixa não convencionais, sujeitos à ocorrência de múltiplas TIRs, ou em situações em que a TIR apurada é significativamente superior ao custo de capital, tornando pouco realista a hipótese de reinvestimento implícita dos fluxos intermediários. No presente projeto, a contraprestação foi calibrada de modo que o Valor Presente Líquido (VPL) seja igual a zero quando descontado pelo WACC, condição que implica uma TIR equivalente ao custo médio ponderado de capital. Como o fluxo de caixa apresenta comportamento convencional e não há discrepância relevante entre a TIR e o WACC, a utilização da TIRM não acrescenta informações relevantes à análise, sendo a TIR convencional suficiente para a avaliação da viabilidade econômico-financeira do projeto.

Processos de estruturação de PPPs usualmente utilizam o Fluxo de Caixa Livre do Projeto (FCLP) para fins de cálculo do valor adequado da Contraprestação Pública. O FCLP corresponde aos fluxos de caixa esperados provenientes das operações do projeto, deduzindo-se todos os custos e despesas operacionais, as necessidades de reinvestimentos e os impostos. Em seguida, estes valores são descontados a valor presente pelo custo médio ponderado de capital (WACC). O WACC corresponde à soma entre o (i) custo do capital de terceiros multiplicado

pela participação do capital de terceiros e (ii) o custo do capital próprio multiplicado pela participação do capital próprio.

Também vale destacar que, seguindo o padrão adotado para análise de viabilidade em projetos de estruturação de PPPs, os valores utilizados para a projeção da Modelagem Econômico-Financeira são expressos em termos reais, ou seja, sem o efeito da inflação.

1.2 Definições Preliminares

Neste capítulo são apresentadas as principais definições relacionadas à Modelagem Econômico-Financeira:

- **Demonstrativo de Resultados do Exercício (DRE):** demonstrativo que apresenta o desempenho econômico da companhia realizado em determinado período.
- **Balanço Patrimonial (BP):** é a fotografia em determinada data da posição financeira/patrimonial da companhia.
- **Ativos:** total de recursos econômicos disponíveis de uma companhia para operar e gerar receitas;
- **Passivos:** recursos financeiros de terceiros para gerir a companhia.
- **Patrimônio Líquido (PL):** recursos financeiros próprios, basicamente reserva de lucros (prejuízos) e capital social.
- **Demonstrativo do Fluxo de Caixa (DFC):** ferramenta para monitorar a geração de caixa pelas atividades operacionais, de investimento e financiamento.
- **EBITDA:** Sigla da expressão inglesa *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* (em português, lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização).

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato N° 2025053

- **CAPEX:** Sigla da expressão inglesa *Capital Expenditure* (em português, despesas de capital ou investimento em bens de capital) e que designa o montante de dinheiro despendido na aquisição (ou implantação de melhorias) de bens de capital de uma determinada empresa.
- **OPEX:** Sigla da expressão inglesa *Operational Expenditure* (em português, despesas operacionais) e designa o montante de dinheiro que deverá ser despendido para manter em operação os bens de capital de uma determinada empresa, os equipamentos e instalações.
- **Lucro Real:** Regime tributário em que os impostos sobre o lucro são calculados com base no lucro efetivamente apurado pela empresa.
- **Modelo Real:** é o modelo de avaliação econômico-financeira calculado utilizando preços constantes, ou seja, expurgando-se os efeitos de inflação.

1.3 Ativo Financeiro

Na modelagem econômico-financeira apresentada neste relatório, foram utilizados os conceitos apresentados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) por meio da Interpretação Técnica ICPC 01¹ referente à correlação dos Contratos de Concessão às Normas Internacionais de Contabilidade do *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A ICPC 01 indica que a infraestrutura de serviços públicos “não será registrada como ativo imobilizado do concessionário”, uma vez que o contrato de concessão não transfere à Concessionária o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos. De acordo com a Interpretação, o concessionário deve reconhecer e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. Adicionalmente, a remuneração auferida pelo parceiro privado pode corresponder a direitos sobre um ativo intangível, caso

¹ Fonte: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/66_ICPC_01_R1_rev%2013.pdf

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato Nº 2025053

possua o direito de cobrar diretamente os usuários dos serviços públicos, ou um ativo financeiro, caso possua direito contratual de receber caixa ou outro ativo financeiro do Concedente:

“O Concessionário deve reconhecer um ativo financeiro à medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços (...). O Concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o Poder Concedente garantir em contrato o pagamento (a) de valores preestabelecidos ou determináveis, ou (b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência.”

Portanto, para o presente projeto é aplicável a remuneração à Concessionária correspondente ao ativo financeiro.

O ativo financeiro aumenta conforme a realização dos investimentos e aplicação da receita financeira sobre o saldo do ativo financeiro do período anterior. A receita financeira, por sua vez, é calculada pelo cálculo da taxa efetiva, obtida pelo fluxo de caixa em que são contabilizadas as entradas (Contraprestação e Cota Expansão) e saídas (Capex e Opex) de caixa. O ativo financeiro é reduzido quando do pagamento da contraprestação pública, fazendo com que ao final do prazo da concessão seu valor seja 0 (zero). Logo, por se tratar de ativo financeiro, não cabe falar em depreciação ou amortização no sentido geralmente utilizado, portanto não são considerados, na modelagem econômico-financeira aqui apresentada, valores de amortização e depreciação.

1.4 Premissas Tributárias e Fiscais

A presente seção apresenta as premissas tributárias e fiscais adotadas na modelagem econômico-financeira do projeto. São detalhados os impostos indiretos incidentes sobre a receita da Concessionária (PIS, COFINS e ISS), os créditos de PIS/COFINS apurados sob o regime não cumulativo, bem como os impostos diretos considerados ao longo do período de concessão.

1.4.1 Impostos Indiretos

A Tabela 2 exhibe os tributos de Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços (ISS), de acordo com as suas respectivas alíquotas:

Tabela 2 – Tributos indiretos sobre Receita

Tributos	Alíquota
Programa de Integração Social (PIS)	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	7,60%
Imposto Sobre Serviços (ISS)	5,00%

Fonte: Lei Federal 10.833 de 29 de dezembro de 2003 e Lei Municipal N.º 2043 de 2003, que alterou o Capítulo III (ISS) do Código Tributário do Município de Tramandaí/RS (Lei N.º 570/1984).

Foram utilizadas as alíquotas com base no modelo de Lucro Real em regime não cumulativo considerando-se a incidência dos seguintes tributos sobre a receita (Contraprestação) do futuro Concessionário ao longo do Contrato.

1.4.2 Créditos PIS/COFINS

Em relação à apropriação de créditos de PIS/COFINS, é permitido à pessoa jurídica apurar créditos sobre custos e despesas correspondentes a bem ou serviço utilizado como insumo na prestação de serviços, na produção/fabricação de bens ou produtos destinados à venda.

O conceito de “insumo” engloba todos os custos e despesas relacionados à atividade geradora de receitas à qual se refira. A tomada de crédito foi aplicada não somente com relação aos “insumos” que se desgastaram, foram consumidos ou que compõem a prestação final do serviço, mas também sobre aqueles aplicados direta ou indiretamente na produção de bens ou prestação dos serviços, que sejam essenciais ao desenvolvimento da atividade-fim da empresa.

Por fim, foi considerada a apropriação de crédito para os seguintes itens:

OPEX

- Manutenção Veículos
- Aluguel Veículos
- Materiais para Manutenção (lâmpadas, reatores, relés, braços e postes)
- Sistema de Telegestão
- Iluminação Especial
- Licenças de Software
- Instalações e utilidades administrativas
- Seguros e Garantias

CAPEX

- Cadastro Georreferenciado
- Constituição (Setup) da SPE
- Infraestrutura Civil e Mobiliário
- Aquisição Veículos
- Implantação de Sistemas
- Cobertura de Pontos Escuros
- Modernização e Eficientização (materiais IP e custo de instalação)
- Descarte de Resíduos
- Implantação do Sistema de Telegestão
- Iluminação Especial
- Expansão do Parque de IP
- Videomonitoramento
- Infovia

- Wi-fi Público
- Gestão Semafórica
- Sensores Ambientais

1.4.3 Impostos Diretos

A Tabela 3 exibe os tributos diretos incidentes sobre o lucro considerados na modelagem econômico-financeira, contemplando o Imposto de Renda (IR), o Adicional de Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de acordo com as respectivas alíquotas aplicáveis ao regime de Lucro Real.

Tabela 3 – Tributos diretos sobre Receita

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IR	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	9,00%

Fonte: Lei Federal 8.541, de 23 de dezembro de 1992.

As alíquotas apresentadas foram consideradas na projeção do fluxo de caixa da Concessionária, incidindo sobre o lucro tributável apurado em cada período. A consideração desses tributos permite estimar adequadamente os desembolsos fiscais do projeto e determinar o fluxo de caixa líquido ao longo do prazo contratual.

1.5 Capital de Giro

A Tabela 4 apresenta as premissas adotadas para o cálculo da Necessidade de Capital de Giro do projeto, contemplando os prazos médios de recebimento e pagamento considerados na modelagem econômico-financeira.

Tabela 4 – Capital de Giro

Prazo	Componente	Dias
Prazo Médio de Recebimento	Contraprestação	30 dias
	Cota Expansão	30 dias
Prazo Médio de Pagamento	Impostos	30 dias

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato N° 2025053

Prazo	Componente	Dias
	Custos e Despesas	30 dias

Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

As premissas de prazo apresentadas foram utilizadas para projetar as contas a receber e as contas a pagar da Concessionária ao longo do período contratual. Para esse cálculo, considerou-se como valores a receber as contraprestações e a cota de expansão, enquanto os valores a pagar compreendem os impostos, custos e despesas operacionais. A partir dessas informações, é estimada a Necessidade de Capital de Giro necessária para suportar a operação do projeto.

1.6 Custo de Capital (WACC)

Um dos pontos críticos do projeto é a definição da taxa de desconto a ser aplicada, tendo em vista o impacto no resultado do projeto apresentado através do principal indicador, o VPL (Valor Presente Líquido).

Para definição da taxa de desconto, foi utilizada a metodologia aplicada mundialmente na análise de viabilidade de projetos, intitulada Custo Médio Ponderado do Capital (WACC), na qual são avaliados os parâmetros para composição da fórmula abaixo:

$$WACC = K_e \cdot \frac{E}{D + E} + K_d \cdot \frac{D}{D + E} \cdot (1 - T)$$

Onde:

- **WACC:** custo médio ponderado de capital;
- **K_e:** custo do capital próprio;
- **K_d:** custo do capital de terceiros;
- **D/(D+E):** proporção da dívida da companhia;
- **E/(D+E):** proporção do capital próprio no capital da companhia;
- **T:** alíquota tributária marginal efetiva.

1.6.1 Custo de Capital próprio

O Custo de Capital Próprio é calculado pelo método CAPM (sigla para “*Capital Asset Pricing Model*”), o qual se define pela seguinte fórmula:

$$Ke = Rf + \beta l. (E(Rm) - Rf) + Rpa$$

Prêmio de Risco País Ajustado

Para o cálculo do Prêmio de Risco País Ajustado (Rpa), foram utilizadas as seguintes variáveis:

- **Taxa CDS (*credit default swaps*) 10 anos:** taxa relativa ao derivativo que visa a transferência de risco de crédito entre os títulos públicos brasileiros e americanos.
- **Multiplicador de volatilidade (Mvol):** visa verificar a relação de risco entre o mercado de títulos públicos brasileiro e o mercado de ações. No presente modelo, o cálculo será realizado pela razão entre o desvio padrão dos retornos diários do Ibovespa e o desvio padrão da variação diária do preço da NTN-B 2035, ambos considerando uma janela temporal de 5 anos.

O Rpa considerado no modelo é definido pela multiplicação da taxa CDS pelo multiplicador de volatilidade conforme a seguir:

$$Rpa = Taxa\ CDS * Mvol$$

Taxa livre de risco

A taxa livre de risco, ou *Risk Free* (Rf), é a taxa de retorno disponível no mercado de um investimento que não possua risco de perda financeira em um dado período.

Em geral, como *proxy* desta taxa teórica, se utilizam títulos de um governo soberano cujo risco é visto pelo mercado como desprezível. Os títulos do governo dos EUA (T-Bonds) são considerados o investimento mais seguro possível devido ao histórico de crédito do país e à solidez e à robustez de sua economia.

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato Nº 2025053

Essa taxa é a base da estimativa de custo de capital, e todos os demais componentes podem ser considerados em conjunto o prêmio de risco adicional total que os investidores exigem.

Para cálculo da R_f é utilizada a média de fechamento dos últimos 12 meses do título T-Bond 10 years. Para a taxa livre de risco estrutural (R_f') é utilizada a média de fechamento do T-Bond 10 years desde janeiro de 1995 até o presente momento.

Cálculo do Beta

Aswath Damodaran, professor de finanças na *Stern School of Business* da Universidade de Nova York e autor de inúmeros estudos de referência em finanças, publica anualmente o beta para diversos setores do mundo. Para o presente estudo utilizaram-se os betas desalavancados² dos setores de “Utility (General)”, “Engineering and Construction” e “Telecom. Services”, por corresponderem, respectivamente, aos conjuntos de empresas envolvidas em atividades de operação e manutenção de serviços públicos dos serviços objetos dessa concessão, bem como em atividades de obras e serviços de expansão de infraestruturas.

Ponderaram-se, então, os betas desalavancados pela proporção das receitas de construção e operação estimadas para o projeto conforme a Tabela 5:

Tabela 5 – Beta por Setor

Setor	Receita Concessão	Beta Desalavancado
Eng/Const	52,95%	1,09
Utilities	38,00%	0,15
Telecom. Services	9,05%	0,37
Média		0,67

Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

² http://pages.stern.nyu.edu/~adamodar/New_Home_Page/datafile/Betas.html

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato N° 2025053

Para cálculo do beta realavancado, o valor do beta é ajustado pela estrutura de capital esperada para a Concessionária, conforme equação a seguir:

$$\beta_l = \beta_u * (1 + (1 - IR) * \left(\frac{D}{E}\right))$$

Onde:

- β_l : beta alavancado: coeficiente que representa o risco sistemático do negócio. O beta alavancado incorpora o risco de endividamento da empresa, mas não considera o risco de solvência;
- β_u : beta desalavancado considerado anteriormente;
- IR: Percentual de impostos sobre a renda considerados para o projeto;
- D/E: Razão entre a dívida e o patrimônio líquido, em outras palavras, a razão entre recursos próprios e recursos de terceiros.

A relação D/E utilizada levou em consideração a estrutura de capital média de projetos do setor, sendo de 30% (trinta por cento) de recursos próprios e 70% (setenta por cento) de recursos de terceiros.

Prêmio de Risco Mercado (Equity Premium)

Para o prêmio de risco de mercado foram consideradas as seguintes variáveis:

- **Taxa de retorno de mercado (Rm):** média dos retornos mensais da S&P500 (incluindo dividendos) para o período de jan/95 até o presente momento. Para a apuração, utilizou-se a média aritmética do logaritmo neperiano das variações entre os períodos.
- **Taxa livre de risco (Rf):** média da taxa de fechamento de mês dos *US Treasury Bonds* (T-Bonds) de 10 anos para o período de jan/95 até o presente momento.

Desta forma o prêmio de risco de mercado é apurado conforme a equação a seguir:

$$R_m - R_f$$

Taxa de Inflação Americana

A taxa de inflação americana, utilizada para apurar o CAPM em termos reais, foi calculada de forma implícita por meio da utilização de duas variáveis: a taxa da *US Treasury Bond* de 10 anos (*Nominal Treasury Rate*) e da taxa da *Treasury Real* (TIPS) de 10 anos.

- **Nominal Treasury Rate:** rentabilidade mensal do Treasury Bond de 10 anos dos últimos 12 meses.
- **Treasury real (TIPS):** rentabilidade mensal da Treasury Real (TIPS) de 10 anos dos últimos 12 meses.

A partir do valor mensal das referidas variáveis, apurou-se o valor para a taxa de inflação anual americana esperada pelo mercado em cada mês conforme equação a seguir:

$$EUA = [(1 + \text{Nominal Treasury Rate}) / (1 + \text{TIPS})] - 1$$

Resultado do Custo de Capital Próprio (Ke)

As seções anteriores apresentaram as premissas utilizadas na obtenção do Custo de Capital Próprio (Ke). Com base na metodologia apresentada, a Tabela 6 demonstra a estrutura do CAPM em termos reais que serve de parâmetro para desconto do fluxo de caixa do projeto baseado nas premissas de composição de capital normalmente praticadas em mercado:

Tabela 6 – Resumo CAPM Modificado

Custo do Capital Próprio (Ke)	
Item Mesurado	Coefficiente
RF = Taxa livre de risco	4,22%
RF' = Taxa livre de risco estrutural	3,74%
RPa = Risco País Ajustado	2,85%
E(Rm) = retorno esperado sobre o índice de mercado	11,4%
Beta desalavancado	0,67
Beta realavancado	1,7

Custo do Capital Próprio (Ke)	
Ke = Custo do Capital Próprio Nominal US	20,02%
Ke = Custo do Capital Próprio Real BRL	17,37%

Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

1.6.2 Capital de Terceiros (Kd)

A presente seção é dedicada à demonstração das premissas utilizadas na obtenção do custo de capital de terceiros (K_d). O custo do capital de terceiros é entendido como a remuneração dos juros pagos pela organização em empréstimos e financiamentos.

O custo apurado baseou-se nos parâmetros referenciais dos setores de energia e telecomunicação. O custo é composto por:

- **Custo financeiro:** custo da Taxa de Longo Prazo (TLP), que é composta pela inflação (IPCA) e por uma taxa pré-fixada no momento da contratação baseada na taxa de juro real da NTN-B de 5 anos.
- **Remuneração básica:** taxa exigida pelo banco para cobrir seus custos operacionais.
- **Spread de Risco:** taxa cobrada para fazer frente ao risco da operação de crédito. As principais variáveis para sua determinação são: prazo, índice de garantias e classificação de risco.

Considerando-se o custo após impostos, foi obtido o valor final para o Custo de Capital de Terceiros conforme descrito na Tabela 7:

Tabela 7 – Premissas para cálculo do Kd

Custo K Terceiros	
NTN-B 5 anos (spread real)	7,80%
Rem Básica	1,10%
Spread de risco	1,30%
Custo Total real BRL (Kd)	10,40%
(-) Impostos	34,00%
Custo Total real Líquido BRL (Kd)	6,87%

Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

1.6.3 Custo Médio Ponderado de Capital (WACC)

As seções anteriores apresentaram as premissas utilizadas na obtenção do Custo de Capital Próprio (Ke) e do Capital de Terceiros (Kd). Com base na metodologia apresentada, a Tabela 8 demonstra o WACC em termos reais:

Tabela 8 – Premissas cálculo WACC

Premissas - em termos reais	Valores
Custo do Capital Próprio Real (Ke)	17,37% a.a
% Participação Capital Próprio	30,00%
Custo do Capital de Terceiros Real (Kd)	6,87% a.a
% Participação Capital de Terceiros	70,00%
Imposto de Renda (Tc)	34,00%
Custo Médio Ponderado do Capital (WACC)	10,02% a.a

Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

O percentual apurado corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) considerado para o Projeto, sendo utilizado como taxa de desconto dos fluxos de caixa e refletindo as premissas de capital próprio e de terceiros adotadas no presente estudo.

1.7 Financiamento

A presente seção descreve a estrutura de financiamento adotada na modelagem econômico-financeira do projeto, concebida na modalidade de Project Finance. São apresentadas as principais premissas de contratação da dívida e a análise do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), indicador utilizado para avaliar a capacidade do projeto de honrar seus compromissos financeiros ao longo do período financiado.

1.7.1 Premissas de Financiamento

Como referência para a modelagem econômico-financeira do Projeto, foi considerada uma estrutura de financiamento na modalidade Project Finance. A Tabela 9 apresenta as principais premissas adotadas para a contratação da dívida,

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato N° 2025053

incluindo percentual financiado, cronograma de desembolsos, sistema de amortização, prazo e custo do financiamento.

Tabela 9 – Premissas de Financiamentos

Premissas	Valores
Percentual Financiado	70% do CAPEX
Primeiro desembolso	Mês 1
Último desembolso	Mês 24
Sistema de Amortização	Price
Carência de Juros	N/A
Taxa de Juros	IPCA + 7,8% ³
<i>Fee (Structuring + commitment)</i>	1,51%
Prazo da Amortização	8 anos
Período de Financiamento	10 anos

Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

As premissas apresentadas foram utilizadas para projetar os desembolsos de financiamento, os encargos financeiros e a amortização da dívida ao longo do período contratual. Dessa forma, é possível estimar os impactos da estrutura de capital adotada sobre o fluxo de caixa do Projeto e as necessidades de aporte dos acionistas da futura Concessionária.

1.7.2 Índice de Cobertura dos Serviços da Dívida (ICSD)

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) é um dos principais indicadores utilizados na avaliação da capacidade de pagamento de financiamentos estruturados na modalidade Project Finance. A Tabela 10 apresenta a evolução do ICSD ao longo do período de amortização da dívida do Projeto.

Tabela 10 – Projeção dos Componentes do ICSD

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
EBITDA	-846	4.495	4.692	4.759	4.827	4.894	4.963	5.031	5.099	5.167

³ A taxa de juros do financiamento (IPCA + 7,80%) adota o mesmo spread real da NTN-B de 5 anos utilizado como taxa base do Kd na Tabela 7.

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato N° 2025053

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Serviço da Dívida	3.232	2.992	3.485	3.341	3.202	3.069	2.942	2.820	2.703	2.591
Juros Pagos	3.232	2.894	2.248	1.980	1.706	1.424	1.133	831	515	185
Amortização da Dívida	-	98	1.237	1.360	1.496	1.645	1.809	1.989	2.188	2.406
ICSD	-	-	1,35	1,42	1,51	1,59	1,69	1,78	1,89	1,99

Ano	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
EBITDA	5.228	5.317	5.386	5.444	5.535	5.660	5.738	5.812	5.882	5.959
Serviço da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros Pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ICSD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Ano	21	22	23	24	25
EBITDA	6.036	6.155	6.234	6.319	6.439
Serviço da Dívida	-	-	-	-	-
Juros Pagos	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
ICSD	-	-	-	-	-

Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

O indicador foi calculado com base na relação entre o Fluxo de Caixa Líquido do Projeto (FCLP) e o serviço da dívida, composto pelas parcelas de amortização e juros. A análise do ICSD permite verificar a capacidade do Projeto de honrar seus compromissos financeiros ao longo do período financiado, tendo sido adotado como referência o limite mínimo de 1,2.

2 SOB A ÓTICA DA CONCESSIONÁRIA

O presente capítulo apresenta a análise econômico-financeira do projeto sob a perspectiva da Concessionária. São detalhados o modelo de remuneração adotado para a concessão, os investimentos previstos e os custos operacionais e despesas.

O Fluxo de Caixa do Projeto, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e o Balanço Patrimonial projetados encontram-se apresentados nos anexos deste relatório.

2.1 Modelo de Remuneração

O presente capítulo apresenta o modelo de remuneração adotado para a Concessão, contemplando as principais fontes de receita consideradas na avaliação econômico-financeira do Projeto.

A receita da Concessionária é composta majoritariamente pela Contraprestação Pública (CP) e pela Cota Expansão (CE), ambas pagas pelo Poder Concedente conforme as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos. Adicionalmente, o Projeto poderá contar com receitas decorrentes da venda de sucata e da comercialização de bônus de energia, observadas as disposições contratuais aplicáveis.

Os recursos destinados ao pagamento das obrigações contratuais decorrem, principalmente, da arrecadação da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública (CIP), podendo ser complementados por outras fontes de recursos previstas no âmbito do Projeto, incluindo aquelas relacionadas às Soluções Digitais (SD).

Nas seções subseqüentes são detalhadas as projeções de cada uma das fontes de receita consideradas na modelagem econômico-financeira.

2.1.1 Contraprestação

A contraprestação pública destina-se à remuneração dos investimentos, custos operacionais, despesas administrativas, tributos e demais encargos relacionados à

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato N° 2025053

execução dos serviços, podendo ser impactada negativamente pelos indicadores de desempenho caso sejam apresentados níveis inferiores aos patamares previstos no Contrato de Concessão, conforme detalhamento no Sistema de Mensuração de Desempenho. No modelo financeiro foi considerado que os índices de desempenho serão sempre atingidos, ou seja, sendo considerados pagos os valores máximos de Contraprestação.

Salienta-se que o valor da Contraprestação mensal de referência (Contraprestação Mensal Máxima - CMM) foi calculado a partir de aplicação da metodologia em que é atingido o ponto de equilíbrio do VPL (Valor Presente Líquido), ou seja, $VPL = 0$.

2.1.1.1 Iluminação Pública

Foi calculado o valor da parcela de CMM específica para cada finalidade abaixo:

Parcela da Contraprestação para remunerar os investimentos realizados no âmbito da Concessão referente à Implementação dos pontos referentes a:

- Outras Vias (CMM_{OV});
- Vias Principais (CMM_{VP});
- Faixas de Pedestres, Ciclovias e Ponto de Embarque e Desembarque (CMM_{FC});
- Projetos de Iluminação Especial (CMM_{IE});
- Parcela da Contraprestação para remunerar os custos e despesas durante o prazo da Concessão ($CMM_{OM(IP)}$).

Considerou-se que o valor do pagamento da Contraprestação será escalonado até o final do período de modernização, considerando os cumprimentos dos marcos da concessão, conforme demonstrado na Tabela 11:

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato N° 2025053

Tabela 11 – Evolução do pagamento da Contraprestação (CP) mensal de IP à concessionária

Marco	Parcela Contraprestação	Mês de Início do Pagamento da Parcela	Valor Mensal (R\$ mil)	%
Contraprestação Inicial	CMM _{OM(IP)}	Mês 7	325	58,30%
Marco I – Outras Vias	CMM _{OV}	Mês 11	120	21,63%
Marco II – Vias Principais	CMM _{VP}	Mês 15	53	9,58%
Marco III – Faixas de Pedestres e Ciclovias	CMM _{FC}	Mês 19	42	7,60%
Marco III – Iluminação Especial	CMM _{IE}	Mês 19	16	2,89%
Total			557	100,00%

Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

Os valores apresentados foram utilizados para compor a projeção da Contraprestação Mensal ao longo da Concessão, considerando a liberação gradual de cada parcela em função do cumprimento dos marcos de modernização. Dessa forma, a remuneração da Concessionária é ampliada à medida que os investimentos são executados e os ativos correspondentes entram em operação, até que a totalidade da Contraprestação Mensal Máxima (CMM) seja alcançada ao final do período de modernização.

A Tabela 12 apresenta a evolução do número de pontos de iluminação pública por tipo ao longo dos 25 anos da Concessão, discriminando os pontos de Outras Vias, Vias Principais e Iluminação de Áreas Especiais, com a separação entre o parque atual e a expansão prevista, bem como as Faixas de Pedestres, Ciclovias, e a Iluminação Especial, totalizando o quantitativo de pontos a serem atendidos pela Concessionária em cada ano.

Tabela 12 – Evolução do número de pontos de IP por tipo

Tipo de Ponto de IP	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Outras Vias	9.915	10.278	10.499	10.720	10.941	11.162	11.383	11.604	11.825	12.046
Parque Atual	9.772	9.551	9.330	9.109	8.888	8.667	8.446	8.225	8.004	7.783
Expansão	143	585	442	442	442	442	442	442	442	442

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato N° 2025053

Tipo de Ponto de IP	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Vias Principais	4.261	4.448	4.542	4.636	4.730	4.824	4.918	5.012	5.106	5.200
Parque Atual	4.168	4.074	3.980	3.886	3.792	3.698	3.604	3.510	3.416	3.322
Expansão	93	281	188	188	188	188	188	188	188	188
Iluminação de Áreas Especiais	392	548	560	572	584	596	608	620	632	644
Faixas de Pedestres e Ciclovias	-	521	521	521	521	521	521	521	521	521
Iluminação Especial	89	478	478	478	478	478	478	478	478	478
Total de Pontos de IP	14.657	16.273	16.600	16.927	17.254	17.581	17.908	18.235	18.562	18.889

Tipo de Ponto de IP	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Outras Vias	12.267	12.488	12.709	12.930	13.151	13.372	13.593	13.814	14.035	14.256
Parque Atual	7.562	7.341	7.120	6.899	6.678	6.457	6.236	6.015	5.794	5.573
Expansão	442	442	442	442	442	442	442	442	442	442
Vias Principais	5.294	5.388	5.482	5.576	5.670	5.764	5.858	5.952	6.046	6.140
Parque Atual	3.228	3.134	3.040	2.946	2.852	2.758	2.664	2.570	2.476	2.382
Expansão	188	188	188	188	188	188	188	188	188	188
Iluminação de Áreas Especiais	656	668	680	692	704	716	728	740	752	764
Faixas de Pedestres e Ciclovias	521	521	521	521	521	521	521	521	521	521
Iluminação Especial	478	478	478	478	478	478	478	478	478	478
Total de Pontos de IP	19.216	19.543	19.870	20.197	20.524	20.851	21.178	21.505	21.832	22.159

Tipo de Ponto de IP	21	22	23	24	25
Outras Vias	14.477	14.698	14.919	15.140	15.361
Parque Atual	5.352	5.131	4.910	4.689	4.468
Expansão	442	442	442	442	442
Vias Principais	6.234	6.328	6.422	6.516	6.610
Parque Atual	2.288	2.194	2.100	2.006	1.912
Expansão	188	188	188	188	188
Iluminação de Áreas Especiais	776	788	800	812	824
Faixas de Pedestres e Ciclovias	521	521	521	521	521
Iluminação Especial	478	478	478	478	478
Total de Pontos de IP	22.486	22.813	23.140	23.467	23.794

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato N° 2025053

Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

Conforme demonstrado, o parque de iluminação pública apresenta crescimento ao longo da Concessão, refletindo as premissas de expansão adotadas para a modelagem econômico-financeira do Projeto.

A Tabela 13 apresenta a Contraprestação Anual de Iluminação Pública (IP) ao longo do prazo da Concessão. Com a soma das parcelas da Contraprestação obtém-se o valor total da Contraprestação mensal equivalente ao valor da Receita da Concessionária possibilitando que esta realize os investimentos necessários, pague as despesas operacionais e administrativas e obtenha retorno sobre o capital próprio empregado, segundo as premissas adotadas na modelagem econômico-financeira.

Tabela 13 – Contraprestação Anual IP (em R\$ mil, em termos reais)

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
CMM _{OV}	241	1.446	1.446	1.446	1.446	1.446	1.446	1.446	1.446	1.446
CMM _{VP}	-	533	640	640	640	640	640	640	640	640
CMM _{FC}	-	254	508	508	508	508	508	508	508	508
CMM _{IE}	-	97	193	193	193	193	193	193	193	193
CMM _{OM(IP)}	1.978	4.283	4.489	4.578	4.667	4.757	4.846	4.935	5.024	5.114
Receita Total	2.219	6.613	7.276	7.365	7.454	7.544	7.633	7.722	7.811	7.901

Ano	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
CMM _{OV}	1.446	1.446	1.446	1.446	1.446	1.446	1.446	1.446	1.446	1.446
CMM _{VP}	640	640	640	640	640	640	640	640	640	640
CMM _{FC}	508	508	508	508	508	508	508	508	508	508
CMM _{IE}	193	193	193	193	193	193	193	193	193	193
CMM _{OM(IP)}	5.203	5.292	5.381	5.471	5.560	5.649	5.738	5.827	5.917	6.006
Receita Total	7.990	8.079	8.168	8.258	8.347	8.436	8.525	8.615	8.704	8.793

Ano	21	22	23	24	25
CMM _{OV}	1.446	1.446	1.446	1.446	1.446
CMM _{VP}	640	640	640	640	640
CMM _{FC}	508	508	508	508	508

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato N° 2025053

Ano	21	22	23	24	25
CMM _{IE}	193	193	193	193	193
CMM _{OM(IP)}	6.095	6.184	6.274	6.363	6.452
Receita Total	8.882	8.971	9.061	9.150	9.239

Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

Observa-se que a Receita de Contraprestação da Concessionária cresce ao longo dos primeiros anos, em razão da liberação gradual das parcelas referentes a Outras Vias, Vias Principais, Faixas de Pedestres, Ciclovias e Iluminação Especial, estabilizando-se após a conclusão do período de modernização. Em paralelo, a parcela referente à operação e manutenção segue evoluindo em função da incorporação dos pontos de expansão.

2.1.1.2 Soluções Digitais

De forma análoga ao componente de Iluminação Pública, foram calculadas parcelas específicas da Contraprestação Mensal Máxima destinadas à remuneração dos investimentos, custos e despesas associados às Soluções Digitais:

- Videomonitoramento (CMM_{VM});
- Infovia (CMM_{IV});
- Wi-Fi Público (CMM_{WF});
- Gestão Semafórica ((CMM_{GS});
- Sensores Ambientais (CMM_{SA});
- Parcela da Contraprestação para remunerar os custos e despesas durante o prazo da Concessão (CMM_{OM(SD)}).

Também se considerou que o pagamento da Contraprestação ocorrerá de forma escalonada durante o período de implantação, em função do cumprimento dos marcos contratuais estabelecidos para esse componente, conforme apresentado na Tabela 14:

Tabela 14 – Evolução do pagamento da Contraprestação (CP) mensal de SD à concessionária

Marco	Parcela Contraprestação	Mês de Início do Pagamento da Parcela	Valor Mensal (R\$ mil)	%
Contraprestação Inicial	CMM _{OM(SD)}	Mês 7	49	42,61%
Marco I – Videomonitoramento	CMM _{VM}	Mês 7	43	37,74%
Marco I – Infovia	CMM _{IV}	Mês 7	8	7,32%
Marco I – Wi-Fi Público	CMM _{WF}	Mês 7	3	2,73%
Marco II – Gestão Semafórica	CMM _{GS}	Mês 11	10	9,06%
Marco III – Sensores Ambientais	CMM _{SA}	Mês 15	1	0,54%
Total			115	100,00%

Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

Os valores apresentados foram utilizados para compor a projeção da Contraprestação Mensal das Soluções Digitais ao longo da Concessão.

A partir dos valores de Contraprestação Mensal Máxima e do cronograma de implantação dos marcos das Soluções Digitais, foi projetada a receita anual de Contraprestação ao longo do prazo da Concessão. A Tabela 15 apresenta a evolução da Contraprestação Anual de Soluções Digitais (SD), considerando as premissas adotadas na modelagem econômico-financeira:

Tabela 15 – Contraprestação Anual SD (em R\$ mil, em termos reais)

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
CMM _{VM}	87	522	522	522	522	522	522	522	522	522
CMM _{IV}	17	101	101	101	101	101	101	101	101	101
CMM _{WF}	6	38	38	38	38	38	38	38	38	38
CMM _{GS}	-	104	125	125	125	125	125	125	125	125
CMM _{SA}	-	4	7	7	7	7	7	7	7	7
CMM _{OM(SD)}	223	588	589	589	589	589	589	589	589	589
Receita Total	333	1.357	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato N° 2025053

Ano	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
CMM _{VM}	522	522	522	522	522	522	522	522	522	522
CMM _{IV}	101	101	101	101	101	101	101	101	101	101
CMM _{WF}	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38
CMM _{GS}	125	125	125	125	125	125	125	125	125	125
CMM _{SA}	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7
CMM _{OM(SD)}	589	589	589	589	589	589	589	589	589	589
Receita Total	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383

Ano	21	22	23	24	25
CMM _{VM}	522	522	522	522	522
CMM _{IV}	101	101	101	101	101
CMM _{WF}	38	38	38	38	38
CMM _{GS}	125	125	125	125	125
CMM _{SA}	7	7	7	7	7
CMM _{OM(SD)}	589	589	589	589	589
Receita Total	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383

Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

Observa-se que a Receita de Contraprestação das Soluções Digitais apresenta crescimento durante o período de implantação, em razão da liberação gradual das parcelas associadas aos marcos contratuais. Após a conclusão dessa etapa, a receita se estabiliza ao longo do restante da Concessão, uma vez que não foram consideradas expansões adicionais para esse componente e, consequentemente, a parcela destinada à operação e manutenção permanece constante durante o período projetado.

2.1.2 Cota Expansão

A cota expansão corresponde à remuneração dos investimentos realizados para atendimento da demanda reprimida e expansão, conforme a execução e aprovação dos respectivos serviços.

Iluminação Pública

Para os pontos adicionais de Iluminação Pública, como atendimento ao crescimento vegetativo e demanda reprimida no Município, a Prefeitura deverá realizar o pagamento da Cota Expansão ao Concessionário em virtude da expansão do Parque de IP. Os pontos de IP adicionais serão aferidos e caso seja confirmado o valor devido, a Cota Expansão será paga à Concessionária.

O valor de Cota Expansão mensal pago à Concessionária corresponderá à soma das Parcelas referentes a cada tipo de Cota Expansão correspondente à instalação de pontos de IP adicionais:

- Exclusivo em Outras Vias;
- Exclusivo em Vias Principais;
- Não exclusivo em Outras Vias;
- Não exclusivo em Vias Principais;
- Em Faixas de Pedestres;
- Em Ciclovias.

Para cada tipo de Cota Expansão, haverá um valor fixo previsto em Contrato de Concessão, o qual será ajustado tendo como referência o valor da Contraprestação Mensal Ofertada no leilão, de modo que o valor a ser efetivamente aplicado considere o deságio efetivo do Leilão, conforme a Tabela 16:

Tabela 16 – Valor de Cota Expansão para cada instalação de ponto de IP adicional (em R\$)

Tipo de Cota Expansão	Valor Unitário
CE1 - Instalação de ponto exclusivo de IP adicional em outras vias	R\$ 12.324,32
CE2 - Instalação de ponto exclusivo de IP adicional em vias principais	R\$ 13.017,60
CE3 - Instalação de ponto não exclusivo de IP adicional em outras vias	R\$ 3.544,86
CE4 - Instalação de ponto não exclusivo de IP adicional em vias principais	R\$ 3.436,91

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato Nº 2025053

Tipo de Cota Expansão	Valor Unitário
CE5 - Instalação de ponto exclusivo de IP adicional em Faixas de Pedestres	R\$ 11.356,76
CE6 - Instalação de ponto exclusivo de IP adicional em Ciclovias	R\$ 10.203,59

Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

Os valores unitários apresentados foram utilizados na projeção da Cota Expansão devida pela instalação de pontos de IP adicionais ao longo da Concessão. Sendo calculada com base nas premissas de expansão detalhadas nos Estudos de Engenharia, multiplicando-se o valor unitário de cada tipo de instalação pela quantidade de pontos de IP adicionais prevista.

Cabe destacar que o Investimento inicial em expansão referente a Outras Vias foi desconsiderado na modelagem econômico-financeira, uma vez que sua implantação, por premissa técnica, foi considerada como novos pontos em loteamentos. A Lei Complementar nº 23/2017 dispõe sobre o parcelamento e o remembramento do solo para fins urbanos e atribui ao loteador a obrigação de implantar a iluminação pública nas vias do empreendimento (art. 8º, inciso VIII; art. 12, inciso IV, item 4; e art. 16, inciso I). Desta forma, os custos de instalação desses pontos ficam a cargo dos loteadores.

Por essa razão, foram absorvidos na modelagem somente os reinvestimentos necessários e os custos com operação e manutenção desses pontos. Os valores estimados são apresentados na Tabela 17:

**Tabela 17 – Soma da Cota Expansão por tipo de expansão ao longo da PPP
(em R\$ mil, em termos reais)**

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
SCE1	-	13	13	13	13	13	13	13	13	13
SCE2	-	7	7	7	7	7	7	7	7	7
SCE3	275	697	422	422	422	422	422	422	422	422
SCE4	112	286	174	174	174	174	174	174	174	174
SCE5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato N° 2025053

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
SCE6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Total	387	1.003	616	616	616	616	616	616	616	616

Ano	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
SCE1	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13
SCE2	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7
SCE3	422	422	422	422	422	422	422	422	422	422
SCE4	174	174	174	174	174	174	174	174	174	174
SCE5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SCE6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Total	616	616	616	616	616	616	616	616	616	616

Ano	21	22	23	24	25
SCE1	13	13	13	13	13
SCE2	7	7	7	7	7
SCE3	422	422	422	422	422
SCE4	174	174	174	174	174
SCE5	-	-	-	-	-
SCE6	-	-	-	-	-
Receita Total	616	616	616	616	616

Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

Os valores apresentados foram utilizados na projeção das receitas de Cota Expansão ao longo da Concessão, considerando as quantidades de pontos adicionais previstas nos Estudos de Engenharia e os respectivos valores unitários de remuneração. Observa-se uma maior concentração de receitas nos primeiros anos do Contrato em razão do atendimento da demanda reprimida identificada no Município. Essas receitas compõem o fluxo de caixa do Projeto e estão condicionadas à efetiva execução e medição das expansões sob responsabilidade da Concessionária.

Soluções Digitais

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato N° 2025053

O valor de Cota Expansão mensal pago à Concessionária corresponderá à soma das Parcelas referentes a cada tipo de Cota Expansão correspondente à instalação de pontos de SD adicionais:

- Cruzamento Semaforizado;
- Ponto Administrativo;
- Videomonitoramento;
- Acesso Público à Internet;
- Estação Meteorológica.

De forma semelhante ao componente de Iluminação Pública, os valores unitários da Cota Expansão das Soluções Digitais são definidos contratualmente e ajustados proporcionalmente à Contraprestação Mensal Ofertada em leilão. A Tabela 18 apresenta os valores unitários considerados para cada tipologia:

Tabela 18 – Valor de Cota Expansão para cada instalação de ponto de SD adicional (em R\$)

Tipo de Cota Expansão	Valor Unitário
CE7 - Instalação de um novo cruzamento semaforizado	R\$ 76.170,55
CE8 - Instalação de um novo ponto administrativo	R\$ 69.980,40
CE9 - Instalação de um novo ponto de Videomonitoramento	R\$ 15.104,13
CE10 - Instalação de um novo ponto de acesso público à internet	R\$ 10.185,63
CE11 - Instalação de uma nova estação meteorológica	R\$ 24.109,27

Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

Embora tenham sido precificados os valores unitários de Cota Expansão para cada tipo de ativo adicional de Soluções Digitais previsto no escopo da Concessão, não foram consideradas premissas de expansão dessas soluções ao longo do período contratual. Dessa forma, a modelagem econômico-financeira não contempla projeções de receitas de Cota Expansão para Soluções Digitais, uma vez que não foram estimadas quantidades de instalações adicionais para esses componentes.

2.1.3 Receita Venda de Sucata

A Concessionária poderá alienar os ativos substituídos da rede de iluminação pública, tais como luminárias, reatores, braços e postes, sendo responsável pelos

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato N° 2025053

custos e despesas associados à sua destinação. A Tabela 19 apresenta a estimativa das receitas provenientes da venda desses materiais ao longo do prazo da PPP.

Tabela 19 – Projeção da receita com venda de sucata (em R\$ mil, em termos reais)

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Receita anual com venda de sucata	227	45	6	6	6	6	6	7	7	7

Ano	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Receita anual com venda de sucata	7	7	7	8	8	8	8	8	8	9

Ano	21	22	23	24	25
Receita anual com venda de sucata	9	9	9	9	9

Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

As receitas de sucata foram incorporadas ao Fluxo de Caixa Livre do Projeto (FCLP), considerando-se o equivalente a 4%⁴ do investimento em luminárias LED e valores de referência obtidos em leilões de sucata para os demais componentes substituídos. Observa-se uma maior concentração dessas receitas nos anos iniciais da Concessão, em decorrência do processo de modernização do parque de iluminação pública e da consequente substituição dos ativos existentes. Além de contribuir para a geração de receitas acessórias do Projeto, a alienação dos materiais substituídos promove a adequada destinação dos resíduos e o atendimento à legislação ambiental aplicável.

2.1.4 Bônus Sobre a Conta Energia

O volume de recursos recebido do Município pode ser impactado positivamente caso haja redução do consumo de energia elétrica de IP acima do previsto em

⁴ Este percentual tem como base referências de mercado de processos de leilão de sucatas de iluminação pública. O risco de variações deste percentual será um risco da Concessionária.

contrato, ou seja, na situação em que a Concessionária atinja um percentual de efficientização acima da meta.

No mecanismo de pagamento da PPP, é previsto que a Concessionária fará jus ao Bônus na Conta de Energia apenas quando atingir uma eficiência energética superior à meta de efficientização prevista em contrato. Para fins da modelagem econômico-financeira, não foi considerada a projeção de receita com o Bônus na Conta de Energia.

2.2 Investimentos

O *Capital Expenditure*, conhecido pela sigla CAPEX, representa as cifras correspondentes às despesas de capital ou investimentos em bens de capital. Conforme premissas estruturadas no Estudo de Engenharia, será apresentado a seguir o resumo dos investimentos necessários para implementação, modernização, efficientização e expansão dos objetos de iluminação pública e soluções digitais.

2.2.1 Iluminação Pública

Conforme apresentado na Tabela 20, os investimentos estão distribuídos entre despesas pré-operacionais, infraestrutura civil e operacional, cobertura de pontos escuros, modernização e efficientização do parque, implantação do sistema de telegestão, iluminação especial, adequação de faixas de pedestres e ciclovias, bem como expansão do parque de iluminação pública.

Tabela 20 – Projeção do CAPEX total de IP (em R\$ mil, em termos reais)

Investimentos (CAPEX)	R\$ mil	%
Despesas Pré-Operacionais	5.037	11,44%
Infraestrutura Civil, Mobiliário e Operacional	735	1,67%
Cobertura de Pontos Escuros	168	0,38%
Modernização e Efficientização	12.624	28,68%
Implantação do Sistema de Telegestão	8.364	19,00%
Iluminação Especial	1.152	2,62%
Faixa de Pedestres e Ciclovias	3.178	7,22%

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato Nº 2025053

Investimentos (CAPEX)	R\$ mil	%
Expansão do Parque de IP	12.764	28,99%
Total CAPEX (R\$ mil)	44.022	100,00%

Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

Os valores apresentados representam a totalidade dos investimentos e reinvestimentos previstos para o componente de Iluminação Pública, sendo derivados da projeção dos desembolsos de CAPEX adotada na modelagem econômico-financeira.

Na Tabela 21 é possível visualizar o cronograma de investimento e reinvestimentos considerado no estudo, sendo que o plano de investimentos do objeto de Iluminação Pública contempla desembolsos mais relevantes durante a fase inicial da Concessão, em função do cumprimento dos respectivos Marcos da Fase 2.

Tabela 21 – Projeção do CAPEX anual de IP (em R\$ mil, em termos reais)

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Despesas Pré-Operacionais	5.037	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Infraestrutura Civil, Mobiliário e Operacional	502	-	-	-	-	47	-	-	-	23
Cobertura de Pontos Escuros	49	49	-	-	-	-	-	-	-	-
Modernização e Eficientização	5.989	1.014	-	-	-	-	-	-	-	-
Implantação do Sistema de Telegestão	3.568	614	-	-	-	-	-	-	-	-
Iluminação Especial	84	1.068	-	-	-	-	-	-	-	-
Faixa de Pedestres e Ciclovias	-	3.048	-	-	-	-	-	-	-	-
Expansão do Parque de IP	1.076	1.407	331	331	331	331	331	331	331	331
Total CAPEX (R\$ mil)	16.303	7.201	331	331	331	378	331	331	331	355

Ano	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Despesas Pré-Operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato N° 2025053

Ano	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Infraestrutura Civil, Mobiliário e Operacional	47	-	-	-	-	47	-	-	23	-
Cobertura de Pontos Escuros	-	-	-	-	35	35	-	-	-	-
Modernização e Eficientização	-	-	-	-	4.669	951	-	-	-	-
Implantação do Sistema de Telegestão	-	-	-	3.568	614	-	-	-	-	-
Iluminação Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Faixa de Pedestres e Ciclovias	-	-	-	-	-	131	-	-	-	-
Expansão do Parque de IP	331	331	331	331	516	745	560	560	560	560
Total CAPEX (R\$ mil)	378	331	331	3.899	5.835	1.909	560	560	584	560

Ano	21	22	23	24	25
Despesas Pré-Operacionais	-	-	-	-	-
Infraestrutura Civil, Mobiliário e Operacional	47	-	-	-	-
Cobertura de Pontos Escuros	-	-	-	-	-
Modernização e Eficientização	-	-	-	-	-
Implantação do Sistema de Telegestão	-	-	-	-	-
Iluminação Especial	-	-	-	-	-
Faixa de Pedestres e Ciclovias	-	-	-	-	-
Expansão do Parque de IP	560	560	560	560	560
Total CAPEX (R\$ mil)	607	560	560	560	560

Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

O cronograma apresentado serviu de base para a projeção dos desembolsos de CAPEX ao longo da Concessão, contemplando investimentos iniciais, reinvestimentos e expansão da infraestrutura de iluminação pública. Esses desembolsos foram incorporados à modelagem econômico-financeira para determinação do fluxo de caixa do Projeto.

2.2.2 Soluções Digitais

A Tabela 22 apresenta a composição da totalidade dos investimentos relacionados ao objeto de Soluções Digitais ao longo da concessão:

Tabela 22 – Projeção do CAPEX total de SD (em R\$ mil, em termos reais)

Investimentos (CAPEX)	R\$ mil	%
Despesas Pré-Operacionais	767	7,10%
Infraestrutura Civil, Mobiliário e Operacional	1.505	13,94%
Videomonitoramento	6.714	62,19%
Infovia	598	5,54%
Wifi- Público	295	2,74%
Gestão Semafórica	821	7,60%
Sensores Ambientais	97	0,90%
Total CAPEX (R\$ mil)	10.797	100,00%

Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

Os valores apresentados representam a totalidade dos investimentos e reinvestimentos previstos para o componente de Soluções Digitais, sendo derivados da projeção dos desembolsos de CAPEX adotada na modelagem econômico-financeira.

A Tabela 23 apresenta o cronograma dos desembolsos anuais considerados ao longo do prazo da concessão, sendo que o plano de investimentos do objeto de Soluções Digitais contempla desembolsos mais relevantes durante a fase inicial da concessão, em função do cumprimento dos respectivos Marcos da Fase 2.

Tabela 23 – Projeção do CAPEX anual de SD (em R\$ mil, em termos reais)

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Despesas Pré-Operacionais	767	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Infraestrutura Civil, Mobiliário e Operacional	537	-	-	-	-	12	-	-	-	460
Videomonitoramento	2.238	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Infovia	598	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Wi-Fi Público	193	-	-	-	-	26	-	-	-	-

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato N° 2025053

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Gestão Semafórica	359	359	-	-	-	-	-	17	17	-
Sensores Ambientais	-	32	-	-	-	-	-	-	-	-
Total CAPEX (R\$ mil)	4.692	391	-	-	-	37	-	17	17	460

Ano	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Despesas Pré-Operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Infraestrutura Civil, Mobiliário e Operacional	12	-	-	-	-	12	-	-	460	-
Videomonitoramento	2.238	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Infovia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Wifi- Público	26	-	-	-	-	26	-	-	-	-
Gestão Semafórica	-	-	-	-	17	17	-	-	-	-
Sensores Ambientais	-	32	-	-	-	-	-	-	-	-
Total CAPEX (R\$ mil)	2.275	32	-	-	17	54	-	-	460	-

Ano	21	22	23	24	25
Despesas Pré-Operacionais	-	-	-	-	-
Infraestrutura Civil, Mobiliário e Operacional	12	-	-	-	-
Videomonitoramento	2.238	-	-	-	-
Infovia	-	-	-	-	-
Wifi- Público	26	-	-	-	-
Gestão Semafórica	-	17	17	-	-
Sensores Ambientais	-	32	-	-	-
Total CAPEX (R\$ mil)	2.275	50	17	-	-

Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

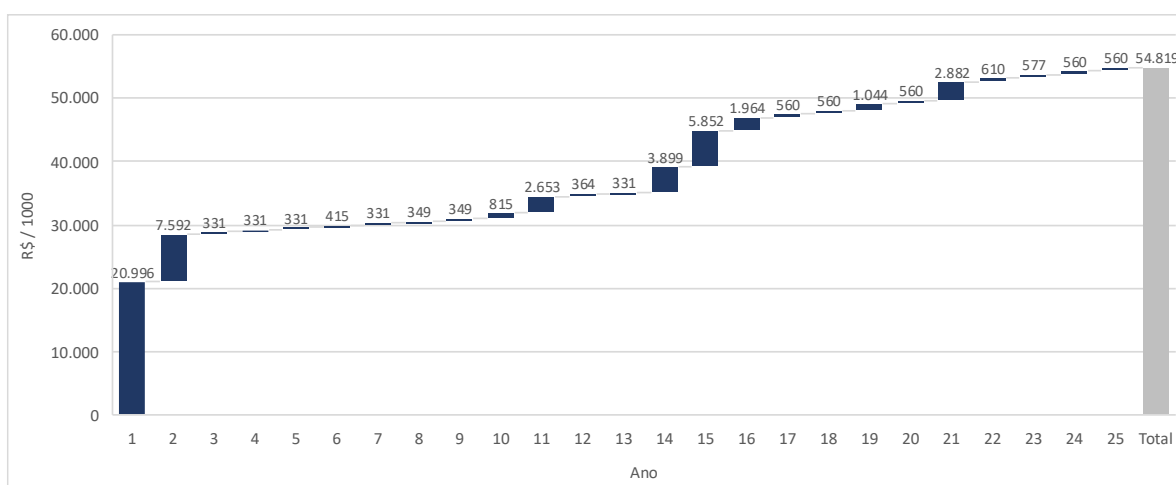
O cronograma apresentado serviu de base para a projeção dos desembolsos de CAPEX das Soluções Digitais ao longo da concessão, contemplando os investimentos iniciais necessários à implantação dos ativos e os reinvestimentos previstos para manutenção da capacidade operacional dos sistemas. Esses

desembolsos foram incorporados à modelagem econômico-financeira para determinação do fluxo de caixa do Projeto.

2.2.3 Investimento Total

Para melhor visualização da distribuição temporal dos investimentos previstos para os componentes de iluminação pública e soluções digitais ao longo dos 25 anos da concessão, apresenta-se o Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1 – Investimento Total de IP e SD (em R\$ mil, em termos reais)



Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

Diante do exposto, o investimento total estimado com bens de capital para a implementação, modernização, eficientização e expansão dos objetos de iluminação pública e os objetos de soluções digitais, com base no Estudo de Engenharia, soma um montante de R\$54.819.108,76 (cinquenta e quatro milhões, oitocentos e dezenove mil, cento e oito reais e setenta e seis centavos).

2.3 Custos Operacionais e Despesas

O *Operational Expenditure*, OPEX, representa as despesas operacionais estimadas para o projeto. Conforme premissas estruturadas no Estudo de Engenharia, será apresentado a seguir o resumo dos custos e despesas considerados para operação dos objetos de iluminação pública e soluções digitais.

2.3.1 Iluminação Pública

A Tabela 24 detalha uma visão acumulada da representatividade destes itens durante o período previsto de concessão:

Tabela 24 – Projeção do OPEX total de IP (em R\$ mil, em termos reais)

Custos e Despesas (OPEX)	R\$ mil	%
Estrutura Operacional	22.320	26,52%
Materiais de Manutenção	7.051	8,38%
Sistema de Telegestão	3.256	3,87%
Estrutura Administrativa	18.669	22,19%
Poda de Árvore	5.628	6,69%
Seguros e Garantias	4.514	5,36%
Verificador Independente	22.713	26,99%
Total OPEX (R\$ mil)	84.151	100,00%

Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

Os valores apresentados representam a totalidade dos custos operacionais e despesas previstos para o componente de Iluminação Pública, sendo derivados da projeção dos desembolsos de OPEX adotados na modelagem econômico-financeira.

Para melhor visualização da evolução desses dispêndios durante o período contratual, a Tabela 25 apresenta o detalhamento anual do OPEX projetado:

Tabela 25 – Projeção do OPEX anual de IP (em R\$ mil, em termos reais)

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Estrutura Operacional	966	890	890	890	890	890	890	890	890	890
Materiais de Manutenção	605	215	209	215	220	226	232	237	243	248
Sistema de Telegestão	27	100	106	109	111	114	117	120	122	125
Estrutura Administrativa	747	747	747	747	747	747	747	747	747	747
Poda de Árvore	115	230	230	230	230	230	230	230	230	230
Seguros e Garantias	174	217	189	188	187	186	185	184	183	181

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato N° 2025053

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Verificador Independente	909	909	909	909	909	909	909	909	909	909
Total OPEX (R\$ mil)	3.542	3.307	3.278	3.286	3.293	3.301	3.308	3.315	3.323	3.330

Ano	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Estrutura Operacional	890	890	890	890	890	890	890	890	890	890
Materiais de Manutenção	254	260	265	271	276	282	288	293	299	305
Sistema de Telegestão	128	131	133	136	139	142	144	147	150	153
Estrutura Administrativa	747	747	747	747	747	747	747	747	747	747
Poda de Árvore	230	230	230	230	230	230	230	230	230	230
Seguros e Garantias	180	178	177	196	209	191	182	179	175	172
Verificador Independente	909	909	909	909	909	909	909	909	909	909
Total OPEX (R\$ mil)	3.337	3.343	3.350	3.377	3.399	3.389	3.389	3.394	3.399	3.404

Ano	21	22	23	24	25
Estrutura Operacional	890	890	890	890	890
Materiais de Manutenção	310	316	321	327	333
Sistema de Telegestão	155	158	161	164	166
Estrutura Administrativa	747	747	747	747	747
Poda de Árvore	230	230	230	230	230
Seguros e Garantias	168	164	161	156	152
Verificador Independente	909	909	909	909	909
Total OPEX (R\$ mil)	3.409	3.413	3.417	3.422	3.426

Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

Os custos e despesas operacionais encontram-se distribuídos ao longo dos 25 anos da concessão, contemplando os dispêndios necessários para a operação e manutenção dos serviços de iluminação pública previstos no projeto, bem como os custos associados à manutenção da infraestrutura instalada e ao sistema de telegestão.

2.3.2 Soluções Digitais

A Tabela 26 detalha uma visão acumulada da representatividade destes itens durante o período previsto de concessão:

Tabela 26 – Projeção do OPEX total de SD (em R\$ mil, em termos reais)

Custos e Despesas (OPEX)	R\$ mil	%
Estrutura Operacional	3.196	52,13%
Materiais de Manutenção e Segurança	1.088	17,75%
Estrutura Administrativa	912	14,88%
Taxa de Compartilhamento de Infraestrutura de Postes	140	2,28%
Seguros e Garantias	795	12,97%
Total OPEX (R\$ mil)	6.131	100%

Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

Os valores apresentados representam a totalidade dos custos operacionais e despesas previstos para o componente de Soluções Digitais, sendo derivados da projeção dos desembolsos de OPEX adotados na modelagem econômico-financeira.

Para melhor visualização da evolução desses dispêndios durante o período contratual, a Tabela 27 apresenta o detalhamento anual do OPEX projetado:

Tabela 27 – Projeção do OPEX anual de SD (em R\$ mil, em termos reais)

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Estrutura Operacional	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128
Materiais de Manutenção e Segurança	44	44	44	44	44	44	44	44	44	44
Estrutura Administrativa	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36
Taxa de Compartilhamento de Infraestrutura de Postes	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
Seguros e Garantias	46	36	34	34	33	33	32	32	31	33
Total OPEX (R\$ mil)	259	250	248	247	247	246	246	245	245	247

Ano	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Estrutura Operacional	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato N° 2025053

Ano	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Materiais de Manutenção e Segurança	44	44	44	44	44	44	44	44	44	44
Estrutura Administrativa	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36
Taxa de Compartilhamento de Infraestrutura de Postes	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
Seguros e Garantias	45	34	33	32	31	31	29	25	30	27
Total OPEX (R\$ mil)	258	248	247	246	245	244	243	239	243	240

Ano	21	22	23	24	25
Estrutura Operacional	128	128	128	128	128
Materiais de Manutenção e Segurança	44	44	44	44	44
Estrutura Administrativa	36	36	36	36	36
Taxa de Compartilhamento de Infraestrutura de Postes	6	6	6	6	6
Seguros e Garantias	37	26	25	23	22
Total OPEX (R\$ mil)	250	240	238	237	235

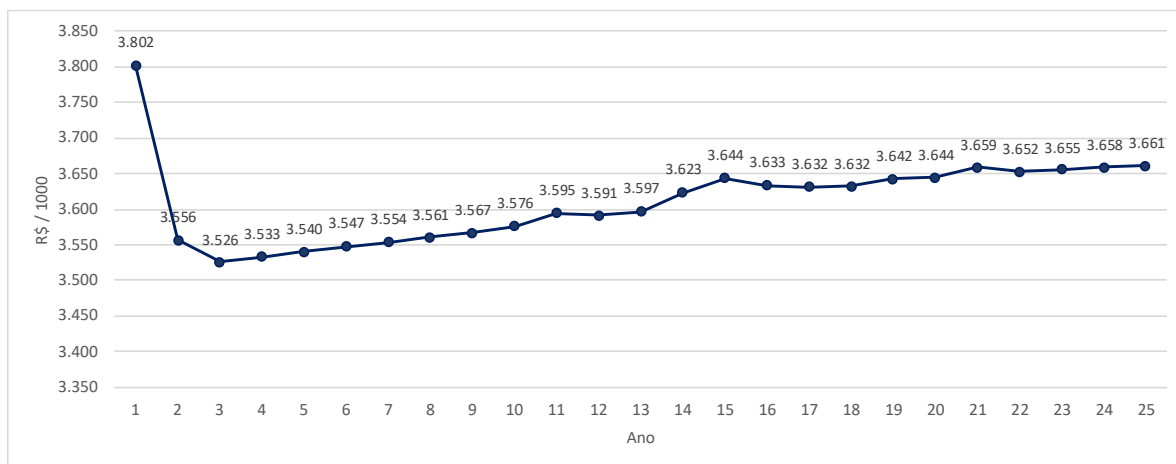
Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

Os custos e despesas operacionais encontram-se distribuídos ao longo dos 25 anos da concessão, contemplando os dispêndios necessários para a operação e manutenção dos serviços de soluções digitais previstos no projeto, incluindo os custos relacionados à manutenção dos equipamentos e sistemas tecnológicos, estrutura operacional e taxas de compartilhamento da infraestrutura de postes.

2.3.3 Custos Totais

Para melhor visualização da evolução dos custos operacionais para os componentes de iluminação pública e soluções digitais ao longo dos 25 anos da concessão, apresenta-se o Gráfico 2 a seguir:

Gráfico 2 – Custos e Despesas Anuais de IP e SD (em R\$ mil, em termos reais)



Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

Diante do exposto, com base nos Estudos de Engenharia, o valor médio anual estimado para a operação e manutenção dos componentes de iluminação pública e soluções digitais é de R\$3.611.276,48 (três milhões, seiscentos e onze mil, duzentos e setenta e seis reais e quarenta e oito centavos.).

2.4 Principais Resultados

De acordo com as premissas descritas neste relatório, a Tabela 28 apresenta os principais resultados para o escopo da PPP:

Tabela 28 – Principais Resultados (em R\$ mil, em termos reais)

Linha	Período	Valores
Valor do Contrato	Total para o prazo da PPP	247.810
CAPEX IP	Total para a Fase de Modernização	15.402
CAPEX IP	Total para o prazo da PPP	44.022
CAPEX SD	Total para a Fase de Modernização	3.022
CAPEX SD	Total para o prazo da PPP	10.797
CAPEX TOTAL (IP + SD)	Total para o prazo da PPP	54.819
OPEX IP	Média Anual	3.366

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato N° 2025053

Linha	Período	Valores
OPEX SD	Média Anual	245
OPEX (IP + SD)	Média Anual	3.611
Contraprestação Máxima IP	Mensal	557
Contraprestação Máxima IP	Anual	6.683
Contraprestação Máxima SD	Mensal	115
Contraprestação Máxima SD	Anual	1.383
Contraprestação Máxima (IP + SD)	Mensal	672
Contraprestação Máxima (IP + SD)	Anual	8.066
Cota Expansão IP	Mensal durante a Fase de Modernização	64
Cota Expansão IP	Mensal após a Fase de Modernização	52

Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

Os resultados apresentados consolidam as principais premissas e projeções adotadas na modelagem econômico-financeira do projeto, servindo de referência para o dimensionamento dos investimentos, custos operacionais e da remuneração da futura Concessionária ao longo do prazo contratual.

Cabe destacar que, embora tenham sido definidos valores unitários de Cota Expansão para os componentes de Soluções Digitais, não foram consideradas premissas de expansão desses ativos ao longo da Concessão. Dessa forma, o presente estudo não contempla projeções de receita associadas à Cota Expansão de Soluções Digitais.

3 SOB A ÓTICA DO PODER CONCEDENTE

3.1 Arrecadação da CIP

A Tabela 29 apresenta uma breve visão histórica da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública (CIP) nos últimos 5 anos:

Tabela 29 – Histórico de Arrecadação anual CIP (em R\$ mil, em termos reais)

Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Arrecadação histórica	6.455	7.582	6.674	6.945	7.299

Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

A série histórica apresentada permite contextualizar o comportamento recente da arrecadação da CIP no Município. O último exercício disponível foi utilizado como referência nas projeções desenvolvidas neste estudo.

A Tabela 30 apresenta a projeção anual da CIP durante o período de Concessão considerando um crescimento real de 2,29% no valor arrecadado:

Tabela 30 – Arrecadação Projetada anual CIP (em R\$ mil, em termos reais)

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Arrecadação projetada	10.055	10.285	10.521	10.762	11.008	11.261	11.518	11.782	12.052	12.328

Ano	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Arrecadação projetada	12.611	12.899	13.195	13.497	13.806	14.122	14.446	14.777	15.115	15.461

Ano	21	22	23	24	25
Arrecadação projetada	15.815	16.178	16.548	16.927	17.315

Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

Para a projeção da arrecadação da CIP, adotou-se como base a arrecadação observada no exercício de 2025. Para o ano de 2026, foi considerado um incremento extraordinário da arrecadação em decorrência da atualização dos valores da CIP promovida pelo Decreto Municipal nº 5.531/2025, em substituição aos valores anteriormente estabelecidos pelo Decreto Municipal nº 4.340/2018.

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato N° 2025053

A partir de 2027, a arrecadação foi projetada considerando o crescimento da base de contribuintes ao longo do horizonte de análise. Para tanto, foram utilizados os dados populacionais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o período de 2011 a 2022, a partir dos quais foi calculada a Taxa Geométrica de Crescimento Anual (TGCA), indicador que representa a taxa média de crescimento observada ao longo de um determinado período.

A TGCA apurada foi utilizada para projetar a evolução da população municipal nos anos subsequentes. Considerando a relação entre o crescimento populacional e a ampliação da base potencial de arrecadação da CIP, adotou-se a mesma taxa como premissa para o crescimento real da receita ao longo do período projetado.

Com base nessa metodologia, foi obtida uma Taxa Geométrica de Crescimento Anual (TGCA) de 2,29%.

3.1.1 Contratos Atuais de Soluções Digitais

A fim de avaliar as despesas atuais com serviços relacionados às Soluções Digitais, foi realizado o levantamento dos principais contratos vigentes associados a esse componente. A Tabela 31 apresenta os contratos identificados, bem como seus respectivos prazos e valores atualizados para a mesma data base do modelo (abril/2026).

Tabela 31 – Contratos Atuais de Soluções Digitais

Descrição	Duração	Valor Total	Valor Anual
Contrato 226/2024 - Contratação de empresa especializada do ramo de segurança eletrônica para manutenção e locação de equipamentos eletrônicos para ampliação do sistema de videomonitoramento urbano e cercamento eletrônico, com ampliação e migração da central de monitoramento, implantação da sala de gerenciamento de crises, contemplando serviços de instalação, manutenção, treinamento, operação assistida e reposição de peças e manutenção de estruturas e videomonitoramento já existentes em	60	3.871	774

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato N° 2025053

Descrição	Duração	Valor Total	Valor Anual
atendimento às necessidades do Município de Tramandaí.			
Contrato 143/2022 - Contratação de uma empresa especializada para a prestação de serviços de fornecimento de acesso à internet.	12	331	331
Contrato 090/2020 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para o fornecimento de links de dados por fibra óptica interligando unidades municipais, instalação de rádios access points para a disponibilização de internet wi-fi para a população em pontos estratégicos e sistema de gerenciamento de rede e usuários	12	691	691
Total	-	4.893	1.796

Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

O valor anual consolidado dos contratos apresentados foi considerado nas projeções como disponibilidade de receita para o custeio do componente de Soluções Digitais da Concessão. A premissa adotada é que, com a transferência desses serviços para a futura Concessionária, o Poder Concedente deixará de incorrer diretamente nas despesas atualmente associadas a esses contratos, passando a dispor dos respectivos recursos orçamentários para contribuir com o pagamento da contraprestação vinculada às Soluções Digitais.

3.2 Despesas

A partir das premissas adotadas neste estudo, foram projetadas as principais despesas a serem suportadas pelo Poder Concedente ao longo do prazo da Concessão. A Tabela 32 apresenta a evolução dessas despesas, contemplando os pagamentos associados à futura Concessionária e os demais custos que permanecerão sob responsabilidade do Município.

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato N° 2025053

Tabela 32 – Despesas da Prefeitura (em R\$ mil, em termos reais)

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Receita da Concessionária (IP)	2.833	7.661	7.898	7.987	8.077	8.166	8.256	8.345	8.434	8.524
Receita da Concessionária (SD)	333	1.357	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383
Conta de Energia	4.909	2.590	2.540	2.603	2.667	2.737	2.793	2.856	2.920	2.991
Taxa de Arrecadação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituição Financeira Depositária	97	97	97	97	97	97	97	97	97	97
Despesas Atuais com Operação e Manutenção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Ano	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Receita da Concessionária (IP)	8.613	8.703	8.792	8.881	8.971	9.060	9.149	9.239	9.328	9.418
Receita da Concessionária (SD)	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383
Conta de Energia	3.046	3.110	3.173	3.245	3.300	3.363	3.426	3.499	3.553	3.616
Taxa de Arrecadação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituição Financeira Depositária	97	97	97	97	97	97	97	97	97	97
Despesas Atuais com Operação e Manutenção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Ano	21	22	23	24	25
Receita da Concessionária (IP)	9.507	9.596	9.686	9.775	9.865
Receita da Concessionária (SD)	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383
Conta de Energia	3.680	3.753	3.806	3.870	3.933
Taxa de Arrecadação	-	-	-	-	-
Instituição Financeira Depositária	97	97	97	97	97

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato N° 2025053

Ano	21	22	23	24	25
Despesas Atuais com Operação e Manutenção	-	-	-	-	-

Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

Conforme apresentado, o Poder Concedente permanecerá responsável pelo pagamento das Contraprestações referentes aos componentes de Iluminação Pública (IP) e Soluções Digitais (SD), bem como pelas despesas relacionadas a energia elétrica e à instituição financeira depositária. Adicionalmente, não foi identificada a cobrança de taxa de arrecadação da CIP pela distribuidora de energia no Município, motivo pelo qual não foram considerados desembolsos associados a esse item nas projeções. Por fim, adotou-se como premissa que as despesas atualmente incorridas pelo Município com serviços que passarão a integrar o escopo da Concessão serão substituídas pelas obrigações contratuais da PPP, não sendo projetados custos adicionais de operação e manutenção além daqueles incorporados à remuneração da futura Concessionária.

3.3 Fluxo de Caixa da Prefeitura

A análise de Affordability avalia o fluxo de caixa do Poder Concedente ao longo do prazo da Concessão, com o objetivo de verificar a capacidade de suportar financeiramente as obrigações decorrentes do Projeto. Para essa análise, foram consideradas as fontes de receitas e as despesas apresentadas nas seções anteriores. A Tabela 33 apresenta a projeção consolidada:

Tabela 33 – Fluxo de Caixa Total da Prefeitura (em R\$ mil, em termos reais)

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Fluxo de Caixa da Prefeitura										
Receita	10.055	10.285	10.521	10.762	11.008	11.261	11.518	11.782	12.052	12.328
CIP	10.055	10.285	10.521	10.762	11.008	11.261	11.518	11.782	12.052	12.328
Despesas	7.839	10.347	10.535	10.687	10.840	11.000	11.146	11.298	11.451	11.612
Receita da Concessionária (IP)	2.833	7.661	7.898	7.987	8.077	8.166	8.256	8.345	8.434	8.524
Conta de Energia	4.909	2.590	2.540	2.603	2.667	2.737	2.793	2.856	2.920	2.991
Taxa de Arrecadação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Verificador Independente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato N° 2025053

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Instituição Financeira Depositária	97	97	97	97	97	97	97	97	97	97
Despesas Atuais com Operação e Manutenção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final IP	2.216	-62	-14	74	168	260	373	484	601	716
% Comprometimento CIP	78%	100,6 %	100,1 %	99%	98%	98%	97%	96%	95%	94%
Receita SD	1.796	1.796	1.796	1.796	1.796	1.796	1.796	1.796	1.796	1.796
Disponibilidade de Receita (Contratos Atuais)	1.796	1.796	1.796	1.796	1.796	1.796	1.796	1.796	1.796	1.796
Despesas SD	1.680	1.357	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383
Receita da Concessionária (SD)	333	1.357	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383
Despesas Atuais com Operação e Manutenção	1.347	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final SD	116	439	413	413	413	413	413	413	413	413
% Comprometimento SD	94%	76%	77%	77%	77%	77%	77%	77%	77%	77%
Saldo Final Contrato	2.332	377	400	488	582	674	786	897	1.015	1.130
% Comprometimento Orçamentário	80%	97%	97%	96%	95%	95%	94%	93%	93%	92%

Ano	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Fluxo de Caixa da Prefeitura										
Receita	12.611	12.899	13.195	13.497	13.806	14.122	14.446	14.777	15.115	15.461
CIP	12.611	12.899	13.195	13.497	13.806	14.122	14.446	14.777	15.115	15.461
Despesas	11.757	11.909	12.062	12.223	12.367	12.520	12.673	12.835	12.978	13.131
Receita da Concessionária (IP)	8.613	8.703	8.792	8.881	8.971	9.060	9.149	9.239	9.328	9.418
Conta de Energia	3.046	3.110	3.173	3.245	3.300	3.363	3.426	3.499	3.553	3.616
Taxa de Arrecadação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Verificador Independente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato N° 2025053

Ano	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Instituição Financeira Depositária	97	97	97	97	97	97	97	97	97	97
Despesas Atuais com Operação e Manutenção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final IP	854	990	1.133	1.274	1.439	1.602	1.773	1.942	2.137	2.330
% <i>Comprometimento CIP</i>	93%	92%	91%	91%	90%	89%	88%	87%	86%	85%
Receita SD	1.796	1.796	1.796	1.796	1.796	1.796	1.796	1.796	1.796	1.796
Disponibilidade de Receita (Contratos Atuais)	1.796	1.796	1.796	1.796	1.796	1.796	1.796	1.796	1.796	1.796
Despesas SD	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383
Receita da Concessionária (SD)	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383
Despesas Atuais com Operação e Manutenção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final SD	413	413	413	413	413	413	413	413	413	413
% <i>Comprometimento SD</i>	77%	77%	77%	77%	77%	77%	77%	77%	77%	77%
Saldo Final Contrato	1.267	1.404	1.546	1.687	1.852	2.016	2.186	2.355	2.550	2.744
% <i>Comprometimento Orçamentário</i>	91%	90%	90%	89%	88%	87%	87%	86%	85%	84%

Ano	21	22	23	24	25
Fluxo de Caixa da Prefeitura					
Receita	15.815	16.178	16.548	16.927	17.315
CIP	15.815	16.178	16.548	16.927	17.315
Despesas	13.284	13.447	13.589	13.742	13.895
Receita da Concessionária (IP)	9.507	9.596	9.686	9.775	9.865
Conta de Energia	3.680	3.753	3.806	3.870	3.933
Taxa de Arrecadação	-	-	-	-	-

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato N° 2025053

Ano	21	22	23	24	25
Verificador Independente	-	-	-	-	-
Instituição Financeira Depositária	97	97	97	97	97
Despesas Atuais com Operação e Manutenção	-	-	-	-	-
Saldo Final IP	2.532	2.731	2.959	3.185	3.420
% Comprometimento CIP	84%	83%	82%	81%	80%
Receita SD	1.796	1.796	1.796	1.796	1.796
Disponibilidade de Receita (Contratos Atuais)	1.796	1.796	1.796	1.796	1.796
Despesas SD	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383
Receita da Concessionária (SD)	1.383	1.383	1.383	1.383	1.383
Despesas Atuais com Operação e Manutenção	-	-	-	-	-
Saldo Final SD	413	413	413	413	413
% Comprometimento SD	77%	77%	77%	77%	77%
Saldo Final Contrato	2.945	3.144	3.372	3.599	3.834
% Comprometimento Orçamentário	83%	83%	82%	81%	80%

Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

Conforme demonstrado, as projeções indicam a manutenção de saldo positivo ao longo de todo o período analisado. Entretanto, observa-se que a arrecadação da CIP apresenta elevado nível de comprometimento com as obrigações relacionadas à Iluminação Pública, especialmente nos primeiros anos da Concessão, quando os percentuais projetados se aproximam do comprometimento integral da receita disponível.

Em contrapartida, para o componente de Soluções Digitais, a disponibilidade de recursos oriunda dos contratos atualmente existentes apresenta menor nível de comprometimento, mantendo margem positiva ao longo de todo o horizonte de análise. Sob a ótica orçamentária, observa-se que os recursos atualmente destinados aos contratos considerados no estudo são suficientes para suportar os desembolsos projetados com a futura Concessionária, resultando na manutenção de saldo positivo durante todo o período analisado.

3.4 Estrutura de Garantia da Conta Reserva

Está prevista a criação da Conta Reserva, distinta da Conta Vinculada, constituída pelo próprio saldo remanescente após o pagamento das obrigações pelo Poder Concedente.

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato N° 2025053

Após o pagamento da Contraprestação à Concessionária e demais despesas (Conta de Energia e Instituição Financeira Depositária), o valor remanescente na Conta Vinculada será utilizado para compor a Conta Reserva com os valores mínimos previstos em Contrato.

É prevista em Contrato a formação de uma Conta Reserva com um saldo equivalente a 3 Contraprestações Mensais Máximas ao final do 8º ano da PPP. Esse saldo será mantido na Conta Reserva até o encerramento da Concessão. A Tabela 34, demonstra essa composição considerando o Fluxo de Caixa da Prefeitura estimado para o Projeto:

Tabela 34 – Estrutura de garantia da Conta Reserva (em R\$ mil, em termos reais)

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Contraprestação Mensal Máxima	672	718	725	732	740	747	755	762	770	777
Saldo Disponível no Ano	2.332	377	400	488	582	674	786	897	1.015	1.130
Saldo Disponível no Ano/ Contraprestação Mensal Máxima	3,5	0,5	0,6	0,7	0,8	0,9	1,0	1,2	1,3	1,5

Ano	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Contraprestação Mensal Máxima	784	792	799	807	814	822	829	837	844	851
Saldo Disponível no Ano	1.267	1.404	1.546	1.687	1.852	2.016	2.186	2.355	2.550	2.744
Saldo Disponível no Ano/ Contraprestação Mensal Máxima	1,6	1,8	1,9	2,1	2,3	2,5	2,6	2,8	3,0	3,2

Ano	21	22	23	24	25
Contraprestação Mensal Máxima	859	866	874	881	889
Saldo Disponível no Ano	2.945	3.144	3.372	3.599	3.834
Saldo Disponível no Ano/ Contraprestação Mensal Máxima	3,4	3,6	3,9	4,1	4,3

Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

Conforme demonstrado, o saldo disponível projetado apresenta montante superior ao valor mínimo exigido para constituição da Conta Reserva já no primeiro ano da

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato N° 2025053

Concessão. Nos anos subsequentes, os recursos excedentes gerados anualmente correspondem a uma quantidade menor de Contraprestações Mensais Máximas, em razão do maior comprometimento das receitas com as despesas do Projeto. Ainda assim, as projeções indicam condições para atendimento da estrutura de garantia prevista contratualmente, observadas as premissas adotadas neste estudo.

3.5 Receita Corrente Líquida

Conforme definido na Lei 11.079/2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada, a soma das despesas derivadas de PPPs não deve exceder 5% da RCL (Receita Corrente Líquida), vide definições do artigo 28 da referida Lei.

Para o caso do Município, a projeção da RCL e o impacto relativo das despesas com PPPs, é apresentado na Tabela 35:

Tabela 35 – Limite RCL (em R\$ mil, em termos reais)

Ano	RCL	Contraprestação + Cota Expansão PPP	Custo Atual	Contraprestação/ RCL
2027	330.617	2.524	1.796	0,22%
2028	337.329	8.839	1.796	2,09%
2029	344.176	9.325	1.796	2,19%
2030	351.163	9.363	1.796	2,15%
2031	358.292	9.452	1.796	2,14%
2032	365.565	9.541	1.796	2,12%
2033	372.986	9.631	1.796	2,10%
2034	380.558	9.720	1.796	2,08%
2035	388.283	9.810	1.796	2,06%
2036	396.165	9.899	1.796	2,05%
2037	404.207	9.988	1.796	2,03%
2038	412.413	10.078	1.796	2,01%
2039	420.785	10.167	1.796	1,99%
2040	429.326	10.257	1.796	1,97%
2041	438.042	10.346	1.796	1,95%

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato N° 2025053

Ano	RCL	Contraprestação + Cota Expansão PPP	Custo Atual	Contraprestação/RCL
2042	446.934	10.435	1.796	1,93%
2043	456.007	10.525	1.796	1,91%
2044	465.264	10.614	1.796	1,90%
2045	474.709	10.703	1.796	1,88%
2046	484.345	10.793	1.796	1,86%
2047	494.177	10.882	1.796	1,84%
2048	504.209	10.972	1.796	1,82%
2049	514.445	11.061	1.796	1,80%
2050	524.888	11.150	1.796	1,78%
2051	535.543	11.240	1.796	1,76%

Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

Ressalta-se, que o Município já possui despesas recorrentes relacionadas à prestação dos serviços que serão objeto da concessão. Nos termos da Portaria STN/MF nº 138/2023, tais dispêndios não devem ser computados para fins de verificação do limite de comprometimento com PPPs, conforme disposto:

“Parágrafo único. A soma de que trata o caput não incluirá:

I – as despesas já realizadas de maneira recorrente nos serviços e bens concedidos que serão objeto da parceria público-privada”

No que se refere às soluções digitais, foi possível identificar os dispêndios a partir da documentação contratual disponibilizada pelo Município. Entretanto, em relação aos serviços de iluminação pública, não foi possível apurar os valores efetivamente despendidos pelo Município, uma vez que essas informações não foram localizadas nos Portais da Transparência ou em outras bases de dados públicas acessíveis.

Assim, a análise das despesas recorrentes considerou apenas as informações disponibilizadas pelo Município e aquelas passíveis de verificação documental, podendo haver dispêndios relacionados à iluminação pública que não puderam ser contemplados neste levantamento.

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato N° 2025053

Sendo assim, conforme demonstrado acima, os percentuais projetados permanecem dentro dos parâmetros estabelecidos pela legislação aplicável durante todo o horizonte de análise, considerando as premissas adotadas neste estudo.

BELO HORIZONTE/MG

Rua Maranhão, 166 - 10º andar
Santa Efigênia, 30150-330
+55 31 3508 7375

NOVA LIMA/MG

Rua: Al. Oscar Niemeyer, nº 288
Vale do Sereno, 34006-049
+55 31 3542-5638

OUTROS ESCRITÓRIOS

Cuiabá/MT
Fortaleza/CE
Governador Valadares/MG

Rio de Janeiro/RJ
Salvador/BA
São Paulo/SP

5 SOB A ÓTICA DO ACIONISTA

A análise sob a ótica do acionista contempla duas perspectivas complementares de retorno sobre o capital próprio investido na concessão, apresentadas na Tabela 36 – Fluxo de Caixa do Acionista (em R\$ mil, em termos reais).

A primeira perspectiva é o Fluxo de Caixa Livre para o Acionista (FCFE – Free Cash Flow to Equity), que representa o fluxo alavancado do projeto, ou seja, o caixa disponível ao acionista após o atendimento de todas as obrigações operacionais, tributárias e do serviço da dívida. A TIR apurada para esse fluxo ao longo dos 25 anos de concessão é de 10,20% a.a. (dez inteiros e vinte centésimos por cento) em termos reais.

A segunda perspectiva é o Fluxo do Acionista propriamente dito, calculado pela metodologia do Dividend Discount Model (DDM), que considera os fluxos efetivamente distribuídos ao acionista na forma de dividendos ao longo do período concessório. A TIR apurada para esse fluxo é de 7,81% a.a. (sete inteiros e oitenta e um centésimos por cento ao ano) em termos reais.

A diferença entre as duas taxas reflete o efeito do reinvestimento dos lucros retidos na empresa ao longo da concessão: enquanto o FCFE captura a totalidade do caixa gerado para o equity, o DDM restringe-se aos montantes efetivamente distribuídos, resultando em uma TIR inferior.

Tabela 36 – Fluxo de Caixa do Acionista (em R\$ mil, em termos reais)

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Fluxo de Projeto	-21.820	-3.527	3.597	3.554	3.402	3.370	3.498	3.526	3.571	3.169
Receita Financeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros Pagos	-3.232	-2.894	-2.248	-1.980	-1.706	-1.424	-1.133	-831	-515	-185
Aumento da Dívida	13.944	4.329	-	-	-	-	-	-	-	-
Redução da Dívida	-	-98	-1.237	-1.360	-1.496	-1.645	-1.809	-1.989	-2.188	-2.406
Tax Shield	21	374	533	671	735	672	610	545	477	365
Fluxo Financeiro	10.733	1.712	-2.952	-2.669	-2.468	-2.397	-2.332	-2.275	-2.226	-2.226
Fluxo Alavancado	-11.088	-1.815	645	885	934	973	1.166	1.251	1.345	943
Subscrição	16.446	-	-	-	-	350	328	316	313	375
Dividendos	-	-	-	-	-3.552	-1.274	-1.441	-1.512	-1.602	-1.907

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato N° 2025053

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo de Acionista	-16.446	-	-	-	3.552	924	1.113	1.197	1.290	1.532

Ano	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Fluxo de Projeto	1.431	3.728	3.781	349	-1.404	2.546	3.877	3.918	3.500	3.994
Receita Financeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros Pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redução da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Tax Shield</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo Alavancado	1.431	3.728	3.781	349	-1.404	2.546	3.877	3.918	3.500	3.994
Subscrição	86	56	71	72	1.451	600	72	68	144	67
Dividendos	-1.452	-3.691	-3.757	-362	-	-3.072	-3.852	-3.888	-3.557	-3.311
Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Fluxo de Acionista	1.366	3.635	3.686	290	-1.451	2.472	3.780	3.820	3.413	3.244

Ano	21	22	23	24	25
Fluxo de Projeto	1.790	4.084	4.124	4.159	4.118
Receita Financeira	-	-	-	-	-
Juros Pagos	-	-	-	-	-
Aumento da Dívida	-	-	-	-	-
Redução da Dívida	-	-	-	-	-
<i>Tax Shield</i>	-	-	-	-	-
Fluxo Financeiro	-	-	-	-	-
Fluxo Alavancado	1.790	4.084	4.124	4.159	4.118
Subscrição	-	-	-	-	0
Dividendos	-1.841	-4.101	-4.162	-170	-355
Redução de Capital	0	0	0	-4.028	-4.405
Fluxo de Acionista	1.841	4.101	4.162	4.198	4.761

Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

6 CONCLUSÃO

A fim de consolidar os principais resultados da avaliação econômico-financeira realizada sob a ótica da Concessionária, as tabelas a seguir apresentam um resumo das receitas, custos, despesas e investimentos considerados para os objetos de Iluminação Pública e Soluções Digitais, bem como os resultados do Fluxo de Caixa do Projeto.

Na Tabela 37, é possível visualizar os resultados relacionados ao objeto de Iluminação Pública:

Tabela 37 – Sob a ótica da Concessionária Resultados IP

Sob a ótica da Concessionária	R\$ mil	R\$/ponto	%
Contraprestação (anual) IP	6.683	468	100,00%
CMM _{OV} - outras vias	1.446	101	21,63%
CMM _{VP} - vias principais	640	45	9,58%
CMM _{FC} - faixas de pedestres e ciclovias	508	36	7,60%
CMM _{IE} - iluminação especial	193	14	2,89%
CMM _{OM(IP)} - O&M Iluminação Pública	3.896	273	58,30%
Cota Expansão (anual) IP	623	44	100,00%
CE1 – Instalação de ponto exclusivo de IP adicional em outras vias	13	1	2,15%
CE2 – Instalação de ponto exclusivo de IP adicional em vias principais	7	0	1,14%
CE3 – Instalação de ponto não exclusivo de IP adicional em outras vias	427	30	68,52%
CE4 – Instalação de ponto não exclusivo de IP adicional em vias principais	176	12	28,20%
CE5 – Instalação de ponto exclusivo de IP adicional em Faixas de Pedestres	-	-	0,00%
CE6 – Instalação de ponto exclusivo de IP adicional em Ciclovias	-	-	0,00%
Bônus de Energia (anual)	-	-	-
Receitas Acessórias (anual)	5	0	100,00%
Atividades Relacionadas	-	-	0,00%
Receita de Sucata	5	0	100,00%
Custos e Despesas (anuais) IP	3.366	236	100,00%
Estrutura Operacional	893	63	26,52%
Materiais de Manutenção	282	20	8,38%
Sistema de Telegestão	130	9	3,87%

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato N° 2025053

Sob a ótica da Concessionária	R\$ mil	R\$/ponto	%
Estrutura Administrativa	747	52	22,19%
Poda de Árvore	225	16	6,69%
Seguros e Garantias	181	13	5,36%
Verificador Independente	909	64	26,99%
Investimentos (total) IP	44.022	3.083	100,00%
Despesas Pré-Operacionais	5.037	353	11,44%
Infraestrutura Civil, Mobiliário e Operacional	735	52	1,67%
Cobertura de Pontos Escuros	168	12	0,38%
Modernização e Eficientização	12.624	884	28,68%
Implantação do Sistema de Telegestão	8.364	586	19,00%
Iluminação Especial	1.152	81	2,62%
Faixa de Pedestres e Ciclovias	3.178	223	7,22%
Expansão do Parque de IP	12.764	894	28,99%

Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

Os resultados apresentados evidenciam a composição da remuneração, dos custos operacionais, das despesas e dos investimentos associados ao objeto de Iluminação Pública. Observa-se que a maior parcela da remuneração está relacionada à operação e manutenção do sistema, enquanto os investimentos concentram-se majoritariamente nas atividades de modernização e efficientização, implantação da telegestão e expansão do parque de iluminação pública, conforme as premissas adotadas nos Estudos de Engenharia e na modelagem econômico-financeira.

A Tabela 38 apresenta os principais resultados da modelagem econômico-financeira para o objeto de Soluções Digitais sob a ótica da Concessionária:

Tabela 38 – Sob a ótica da Concessionária Resultados SD

Sob a ótica da Concessionária	R\$ mil	%
Contraprestação (anual) SD	1.383	100,00%
CMM _{VM} -Videomonitoramento	522	37,74%
CMM _{IV} -Infovia	101	7,32%
CMM _{WF} -Wi-Fi Público	38	2,73%
CMM _{GS} -Gestão Semafórica	125	9,06%
CMM _{SA} -Sensores Ambientais	7	0,54%

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato N° 2025053

Sob a ótica da Concessionária	R\$ mil	%
CMM _{OM(SD)} -O&M Soluções Digitais	589	42,61%
Custos e Despesas (anuais)	245	100,00%
Estrutura Operacional	128	52,13%
Materiais de Manutenção e Segurança	44	17,75%
Estrutura Administrativa	36	14,88%
Taxa de Compartilhamento de Infraestrutura de Postes	6	2,28%
Seguros e Garantias	32	12,97%
Investimentos (total)	10.797	100,00%
Despesas Pré-Operacionais	767	7,10%
Infraestrutura Civil, Mobiliário e Operacional	1.505	13,94%
Videomonitoramento	6.714	62,19%
Infovia	598	5,54%
Wifi- Público	295	2,74%
Gestão Semafórica	821	7,60%
Sensores Ambientais	97	0,90%

Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

Para as Soluções Digitais, os resultados demonstram a distribuição da remuneração, dos custos, das despesas e dos investimentos entre os diferentes componentes previstos no escopo da Concessão, observando-se maior representatividade dos investimentos associados ao sistema de Videomonitoramento. Conforme mencionado anteriormente, embora tenham sido calculados valores unitários para eventual expansão das Soluções Digitais, não foram consideradas expansões desses ativos nas projeções realizadas, razão pela qual não há receitas projetadas de Cota Expansão para esse componente.

A Tabela 39 apresenta uma síntese dos principais resultados obtidos na avaliação do Projeto sob a ótica da Prefeitura, consolidando as receitas consideradas, as despesas projetadas e os indicadores de comprometimento orçamentário analisados neste estudo.

Tabela 39 – Resultados Sob a ótica da Prefeitura

Sob a ótica da Prefeitura	R\$ mil	%
Receita IP (Média após Fase de Modernização)	13.510	100,00%

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato N° 2025053

Sob a ótica da Prefeitura	R\$ mil	%
CIP	13.510	100,00%
Despesa IP (Média após Fase de Modernização)	12.139	100,00%
Receita da Concessionária (IP)	8.830	72,75%
Conta de Energia	3.211	26,46%
Taxa de Arrecadação	-	0,00%
Despesas Atuais com Operação e Manutenção	97	0,80%
Instituição Financeira Depositária	-	0,00%
Saldo Anual IP (Média após Fase de Modernização)	1.371	-
<i>% Comprometimento Médio CIP</i>	90%	
Receita SD (Média após Fase de Modernização)	1.796	100,00%
Disponibilidade de Receita (Contratos Atuais)	1.796	100,00%
Despesa SD (Média após Fase de Modernização)	1.382	100,00%
Receita da Concessionária (SD)	1.382	76,92%
Saldo Anual SD (Média após Fase de Modernização)	415	-
<i>% Comprometimento Médio SD</i>	77%	
Saldo Final Contrato	1.785	
<i>% Comprometimento Orçamentário Médio</i>	88%	

Fonte: Consórcio Pontos de Luz (2026).

Os resultados apresentados indicam os níveis de comprometimento das receitas consideradas para atendimento das obrigações previstas no Projeto, bem como os saldos projetados ao longo do período analisado, considerando as premissas adotadas neste estudo.

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato Nº 2025053

ANEXO I – Fluxo do Projeto

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Receita Bruta	3.167	9.018	9.281	9.370	9.459	9.549	9.638	9.728	9.817	9.906
Receita de Contraprestação	2.552	7.970	8.659	8.748	8.837	8.926	9.016	9.105	9.194	9.283
Receita de Cota Expansão	387	1.003	616	616	616	616	616	616	616	616
Bônus de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Acessória	227	45	6	6	6	6	6	7	7	7
Deduções	-211	-966	-1.062	-1.077	-1.093	-1.107	-1.122	-1.136	-1.151	-1.163
Receita Líquida	2.956	8.052	8.218	8.293	8.367	8.442	8.516	8.591	8.666	8.743
Custos e Despesas Operacionais	-3.802	-3.556	-3.526	-3.533	-3.540	-3.547	-3.554	-3.561	-3.567	-3.576
EBITDA	-846	4.495	4.692	4.759	4.827	4.894	4.963	5.031	5.099	5.167
Capital de Giro	42	7	-39	65	-13	-13	-13	-13	-12	-11
IR/CSLL	-21	-437	-725	-939	-1.080	-1.096	-1.120	-1.143	-1.168	-1.172
Fluxo Operacional	-825	4.065	3.928	3.886	3.733	3.785	3.829	3.875	3.920	3.984
Investimentos e Despesas Pré Operacionais	-20.996	-7.592	-331	-331	-331	-415	-331	-349	-349	-815
Fluxo de Investimentos	-20.996	-7.592	-331	-331	-331	-415	-331	-349	-349	-815
Fluxo de Projeto	-21.820	-3.527	3.597	3.554	3.402	3.370	3.498	3.526	3.571	3.169

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato Nº 2025053

Ano	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Receita Bruta	9.996	10.085	10.175	10.264	10.353	10.443	10.532	10.622	10.711	10.800
Receita de Contraprestação	9.373	9.462	9.551	9.640	9.729	9.819	9.908	9.997	10.086	10.176
Receita de Cota Expansão	616	616	616	616	616	616	616	616	616	616
Bônus de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Acessória	7	7	7	8	8	8	8	8	8	9
Deduções	-1.172	-1.177	-1.191	-1.197	-1.175	-1.150	-1.162	-1.177	-1.186	-1.198
Receita Líquida	8.823	8.908	8.983	9.067	9.178	9.293	9.370	9.444	9.525	9.603
Custos e Despesas Operacionais	-3.595	-3.591	-3.597	-3.623	-3.644	-3.633	-3.632	-3.632	-3.642	-3.644
EBITDA	5.228	5.317	5.386	5.444	5.535	5.660	5.738	5.812	5.882	5.959
Capital de Giro	-32	3	-12	-61	-44	46	-18	-18	-10	-15
IR/CSLL	-1.112	-1.228	-1.263	-1.135	-1.042	-1.196	-1.284	-1.316	-1.328	-1.390
Fluxo Operacional	4.084	4.092	4.112	4.248	4.448	4.510	4.437	4.478	4.544	4.554
Investimentos e Despesas Pré Operacionais	-2.653	-364	-331	-3.899	-5.852	-1.964	-560	-560	-1.044	-560
Fluxo de Investimentos	-2.653	-364	-331	-3.899	-5.852	-1.964	-560	-560	-1.044	-560
Fluxo de Projeto	1.431	3.728	3.781	349	-1.404	2.546	3.877	3.918	3.500	3.994

Ano	21	22	23	24	25
Receita Bruta	10.890	10.979	11.069	11.158	11.247
Receita de Contraprestação	10.265	10.354	10.443	10.533	10.622

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato Nº 2025053

Ano	21	22	23	24	25
Receita de Cota Expansão	616	616	616	616	616
Bônus de Energia	-	-	-	-	-
Receita Acessória	9	9	9	9	9
Deduções	-1.195	-1.172	-1.179	-1.181	-1.147
Receita Líquida	9.695	9.807	9.889	9.977	10.100
Custos e Despesas Operacionais	-3.659	-3.652	-3.655	-3.658	-3.661
EBITDA	6.036	6.155	6.234	6.319	6.439
Capital de Giro	-36	2	-10	-9	-91
IR/CSLL	-1.328	-1.463	-1.522	-1.591	-1.670
Fluxo Operacional	4.673	4.694	4.702	4.719	4.678
Investimentos e Despesas Pré Operacionais	-2.882	-610	-577	-560	-560
Fluxo de Investimentos	-2.882	-610	-577	-560	-560
Fluxo de Projeto	1.790	4.084	4.124	4.159	4.118

BELO HORIZONTE/MG

Rua Maranhão, 166 - 10º andar
Santa Efigênia, 30150-330
+55 31 3508 7375

NOVA LIMA/MG

Rua: Al. Oscar Niemeyer, nº 288
Vale do Sereno, 34006-049
+55 31 3542-5638

OUTROS ESCRITÓRIOS

Cuiabá/MT
Fortaleza/CE
Governador Valadares/MG

Rio de Janeiro/RJ
Salvador/BA
São Paulo/SP

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato Nº 2025053

ANEXO II – Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Receita Bruta	26.086	16.768	10.473	10.463	10.429	10.454	10.290	10.171	9.993	10.253
Receita Financeira (IFRIC 12)	2.418	6.204	6.630	6.613	6.572	6.513	6.419	6.277	6.093	5.920
Receita de Operação e Manutenção	3.802	3.556	3.526	3.533	3.540	3.547	3.554	3.561	3.567	3.576
Receita de Construção	19.639	6.963	311	311	311	387	311	327	327	750
Bônus de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Acessória	227	45	6	6	6	6	6	7	7	7
Deduções	-3.717	-2.389	-1.492	-1.491	-1.486	-1.490	-1.466	-1.449	-1.424	-1.461
Receita Líquida	22.368	14.378	8.981	8.972	8.943	8.964	8.824	8.722	8.569	8.792
Custo de Construção	-19.639	-6.963	-311	-311	-311	-387	-311	-327	-327	-750
Custos e Despesas Operacionais	-3.802	-3.556	-3.526	-3.533	-3.540	-3.547	-3.554	-3.561	-3.567	-3.576
Crédito PIS COFINS OPEX	191	178	175	176	176	177	178	178	179	180
Lucro Operacional	-880	4.037	5.319	5.304	5.269	5.207	5.137	5.013	4.855	4.645
Receitas e Despesas Financeiras	-3.232	-2.894	-2.248	-1.980	-1.706	-1.424	-1.133	-831	-515	-185
Lucro Antes do Imposto de Renda	-4.112	1.143	3.070	3.323	3.562	3.782	4.004	4.182	4.339	4.460
IR/CSLL	-	-64	-193	-269	-347	-425	-512	-600	-693	-809
Lucro Líquido	-4.112	1.079	2.878	3.055	3.215	3.357	3.492	3.582	3.646	3.651
Lucro Acumulado	-4.018	-2.843	-44	2.805	2.133	3.899	5.550	7.145	8.644	9.780

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato Nº 2025053

Ano	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Receita Bruta	11.825	9.772	9.388	12.394	14.659	11.806	10.323	9.978	10.066	9.132
Receita Financeira (IFRIC 12)	5.798	5.833	5.473	5.204	5.668	6.366	6.163	5.818	5.456	4.959
Receita de Operação e Manutenção	3.595	3.591	3.597	3.623	3.644	3.633	3.632	3.632	3.642	3.644
Receita de Construção	2.424	340	311	3.559	5.340	1.799	520	520	959	520
Bônus de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Acessória	7	7	7	8	8	8	8	8	8	9
Deduções	-1.685	-1.392	-1.338	-1.766	-2.089	-1.682	-1.471	-1.422	-1.434	-1.301
Receita Líquida	10.140	8.379	8.050	10.628	12.570	10.124	8.852	8.556	8.632	7.830
Custo de Construção	-2.424	-340	-311	-3.559	-5.340	-1.799	-520	-520	-959	-520
Custos e Despesas Operacionais	-3.595	-3.591	-3.597	-3.623	-3.644	-3.633	-3.632	-3.632	-3.642	-3.644
Crédito PIS COFINS OPEX	180	181	182	184	186	185	185	185	186	186
Lucro Operacional	4.301	4.629	4.324	3.630	3.772	4.876	4.885	4.590	4.216	3.853
Receitas e Despesas Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Antes do Imposto de Renda	4.301	4.629	4.324	3.630	3.772	4.876	4.885	4.590	4.216	3.853
IR/CSLL	-1.116	-1.232	-1.267	-1.139	-1.046	-1.200	-1.288	-1.321	-1.333	-1.395
Lucro Líquido	3.184	3.397	3.057	2.491	2.726	3.676	3.597	3.268	2.883	2.458
Lucro Acumulado	10.889	9.910	8.589	10.190	12.307	12.151	11.146	9.840	8.560	7.183

BELO HORIZONTE/MG

Rua Maranhão, 166 - 10º andar
Santa Efigênia, 30150-330
+55 31 3508 7375

NOVA LIMA/MG

Rua: Al. Oscar Niemeyer, nº 288
Vale do Sereno, 34006-049
+55 31 3542-5638

OUTROS ESCRITÓRIOS

Cuiabá/MT
Fortaleza/CE
Governador Valadares/MG

Rio de Janeiro/RJ
Salvador/BA
São Paulo/SP

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato Nº 2025053

Ano	21	22	23	24	25
Receita Bruta	10.756	8.289	7.394	6.305	4.991
Receita Financeira (IFRIC 12)	4.455	4.062	3.194	2.117	800
Receita de Operação e Manutenção	3.659	3.652	3.655	3.658	3.661
Receita de Construção	2.633	565	536	520	520
Bônus de Energia	-	-	-	-	-
Receita Acessória	9	9	9	9	9
Deduções	-1.533	-1.181	-1.054	-898	-711
Receita Líquida	9.223	7.107	6.340	5.406	4.279
Custo de Construção	-2.633	-565	-536	-520	-520
Custos e Despesas Operacionais	-3.659	-3.652	-3.655	-3.658	-3.661
Crédito PIS COFINS OPEX	187	187	188	188	188
Lucro Operacional	3.118	3.077	2.337	1.416	287
Receitas e Despesas Financeiras	-	-	-	-	-
Lucro Antes do Imposto de Renda	3.118	3.077	2.337	1.416	287
IR/CSLL	-1.332	-1.468	-1.528	-1.596	-1.676
Lucro Líquido	1.786	1.609	809	-180	-1.390
Lucro Acumulado	6.785	3.978	442	73	-

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato Nº 2025053

ANEXO III – Balanço Patrimonial

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Ativo	29.300	34.610	34.971	35.459	32.305	31.881	31.220	30.386	29.325	27.878
Ativo Circulante	6.828	5.533	5.927	6.543	3.633	3.507	3.380	3.262	3.150	2.449
Caixa	4.454	2.119	2.673	3.440	672	672	672	672	672	672
Conta Reserva	498	891	854	819	785	753	721	691	663	-
Contas a Receber	558	718	725	732	740	747	755	762	770	777
Crédito PIS COFINS	1.319	1.805	1.675	1.552	1.436	1.335	1.231	1.136	1.046	1.000
Ativo Não Circulante	22.472	29.077	29.044	28.916	28.672	28.374	27.840	27.124	26.175	25.429
Impostos Diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo Financeiro	22.472	29.077	29.044	28.916	28.672	28.374	27.840	27.124	26.175	25.429
Passivo	29.300	34.610	34.971	35.459	32.305	31.881	31.220	30.386	29.325	27.878
Passivo Circulante	594	772	752	837	842	847	853	859	866	875
Contas a Pagar	521	528	498	498	497	497	495	495	493	495
Tributos a Pagar	74	244	254	339	345	351	358	364	373	380
Exigível a Longo Prazo	16.905	21.449	19.522	17.538	15.485	13.362	11.129	8.782	6.299	3.728
Impostos Diferidos	3.234	4.242	4.241	4.226	4.193	4.151	4.075	3.973	3.836	3.728
Financiamentos	13.671	17.208	15.281	13.312	11.293	9.210	7.053	4.809	2.463	-
Patrimônio Líquido	11.801	12.388	14.697	17.084	15.978	17.672	19.238	20.745	22.160	23.276
Capital Social	15.820	15.164	14.535	13.932	13.355	13.138	12.909	12.677	12.452	12.297

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato Nº 2025053

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Reserva Legal	0	67	206	347	490	635	780	923	1.064	1.198
Lucro Acumulado	-4.018	-2.843	-44	2.805	2.133	3.899	5.550	7.145	8.644	9.780

Ano	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Ativo	28.759	27.275	25.388	26.781	30.391	30.532	29.018	27.143	25.379	23.295
Ativo Circulante	2.572	2.479	2.389	2.614	2.965	2.918	2.753	2.595	2.484	2.985
Caixa	672	672	672	672	672	672	672	672	672	1.324
Conta Reserva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a Receber	784	792	799	807	814	822	829	837	844	851
Crédito PIS COFINS	1.116	1.015	918	1.135	1.479	1.425	1.251	1.087	968	810
Ativo Não Circulante	26.187	24.796	22.999	24.167	27.426	27.613	26.265	24.548	22.895	20.310
Impostos Diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo Financeiro	26.187	24.796	22.999	24.167	27.426	27.613	26.265	24.548	22.895	20.310
Passivo	28.759	27.275	25.388	26.781	30.391	30.532	29.018	27.143	25.379	23.295
Passivo Circulante	863	885	894	853	829	897	900	903	915	921
Contas a Pagar	506	494	493	511	524	506	497	490	492	486
Tributos a Pagar	357	391	401	342	305	391	403	413	422	435
Exigível a Longo Prazo	3.833	3.631	3.371	3.532	3.991	4.012	3.813	3.561	3.318	2.942
Impostos Diferidos	3.833	3.631	3.371	3.532	3.991	4.012	3.813	3.561	3.318	2.942

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato Nº 2025053

Ano	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio Líquido	24.063	22.759	21.123	22.396	25.571	25.623	24.305	22.679	21.147	19.432
Capital Social	11.869	11.432	11.026	10.638	11.628	11.723	11.306	10.903	10.589	10.215
Reserva Legal	1.305	1.417	1.508	1.568	1.637	1.749	1.853	1.936	1.997	2.035
Lucro Acumulado	10.889	9.910	8.589	10.190	12.307	12.151	11.146	9.840	8.560	7.183

Ano	21	22	23	24	25
Ativo	22.239	18.470	13.862	8.274	-
Ativo Circulante	2.885	2.557	2.213	1.869	-
Caixa	1.178	1.042	892	745	-
Conta Reserva	-	-	-	-	-
Contas a Receber	859	866	874	881	-
Crédito PIS COFINS	848	648	448	243	-
Ativo Não Circulante	19.354	15.913	11.649	6.404	-
Impostos Diferidos	-	-	-	-	-
Ativo Financeiro	19.354	15.913	11.649	6.404	-
Passivo	22.239	18.470	13.862	8.274	-
Passivo Circulante	907	932	944	957	-
Contas a Pagar	493	479	475	470	-

Relatório Econômico-Financeiro - Contrato Nº 2025053

Ano	21	22	23	24	25
Tributos a Pagar	414	452	469	487	-
Exigível a Longo Prazo	2.797	2.297	1.680	923	-
Impostos Diferidos	2.797	2.297	1.680	923	-
Financiamentos	-	-	-	-	-
Patrimônio Líquido	18.535	15.241	11.238	6.394	-
Capital Social	9.792	9.386	8.996	4.596	-
Reserva Legal	1.958	1.877	1.799	1.725	-
Lucro Acumulado	6.785	3.978	442	73	-

BELO HORIZONTE/MG

Rua Maranhão, 166 - 10º andar
Santa Efigênia, 30150-330
+55 31 3508 7375

NOVA LIMA/MG

Rua: Al. Oscar Niemeyer, nº 288
Vale do Sereno, 34006-049
+55 31 3542-5638

OUTROS ESCRITÓRIOS

Cuiabá/MT
Fortaleza/CE
Governador Valadares/MG
Rio de Janeiro/RJ
Salvador/BA
São Paulo/SP

CONSÓRCIO
PONTOS DE LUZ

MVIANA
Advogados
Direito da Infraestrutura

HOUER
Impactando Gerações